



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR

Resolução nº 11/CONSUP/IFRO, de 9 de abril de 2013.

Dispõe sobre o Relatório de Gestão – Exercício 2012 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008, publicada no D.O.U. de 30/12/2009, em conformidade com o disposto no Estatuto, e considerando ainda o Processo nº 23243.000581/2013-55,

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o Relatório de Gestão – Exercício 2012 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

RAIMUNDO VICENTE JIMENEZ

Presidente do Conselho Superior
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2012

**PORTO VELHO – RO
2013**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Relatório de Gestão Exercício 2012

Relatório de Gestão do Exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo a que esta Unidade está obrigada, nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, DN TCU nº 121/2012, da Portaria TCU nº 150/2012, da Portaria CGU nº 133/2013 e das orientações do órgão de controle interno.

UNIDADES CONSOLIDADAS:

*Campus Colorado do Oeste
Campus Vilhena
Campus Ariquemes
Campus Porto Velho
Campus Ji-Paraná
Campus Avançado Porto Velho
Campus Avançado Cacoal*

CONSOLIDADORA

Reitoria

**PORTO VELHO – RO
2013**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

SUMÁRIO

1	<u>IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO</u>	13
1.1	<u>IDENTIFICAÇÃO DO IFRO</u>	13
1.1.1	<u>Introdução</u>	14
1.2	<u>FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE</u>	16
1.2.1	<u>Competência Institucional</u>	16
1.2.2	<u>Objetivos Estratégicos</u>	16
1.2.3	<u>Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais</u>	18
1.2.4	<u>Análise do Andamento do Plano Estratégico</u>	18
1.3	<u>ORGANOGRAMA FUNCIONAL</u>	18
1.4	<u>MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS</u>	40
1.5	<u>MACROPROCESSOS DE APOIO</u>	41
1.6	<u>PRINCIPAIS PARCEIROS</u>	43
2	<u>PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES</u>	45
2.1	<u>PLANEJAMENTO DAS AÇÕES</u>	45
2.2	<u>ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</u>	45
2.3	<u>EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES</u>	46
2.3.1	<u>Ensino</u>	46
2.3.2	<u>Pesquisa e Inovação</u>	49
2.3.3	<u>Extensão</u>	51
2.3.4	<u>Gestão e Infraestrutura</u>	56
3	<u>ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO</u>	59
3.1	<u>ESTRUTURA DE GOVERNANÇA</u>	59
3.2	<u>AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS</u>	60
3.3	<u>SISTEMA DE CORREIÇÃO</u>	60
3.4	<u>CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU</u>	60
4	<u>PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</u>	61
4.1	<u>INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DO IFRO</u>	61
4.2	<u>INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA</u>	67
4.2.1	<u>Identificação das Unidades Orçamentárias do IFRO</u>	67
4.2.2	<u>Programação de Despesas</u>	67
4.2.3	<u>Programação de Despesas Correntes</u>	68
4.2.4	<u>Programação de Despesas de Capital</u>	68
4.2.5	<u>Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência</u>	69
4.2.6	<u>Análise Crítica</u>	69
4.2.7	<u>Movimentação de Créditos Interna e Externa</u>	70
4.2.8	<u>Execução Orçamentária da Despesa</u>	71
4.2.9	<u>Execução da Despesa Com Créditos Originários</u>	71
4.2.9.1.1	<u>Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários</u>	71
4.2.9.1.2	<u>Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários</u>	73
4.2.10	<u>Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pelo IFRO por Movimentação</u>	74
4.2.10.1.1	<u>Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação</u>	74
1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO (A+B)		74
4.2.10.1.2	<u>Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação</u>	75
4.2.10.1.3	<u>Análise crítica</u>	75
5	<u>TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</u>	77
5.1	<u>PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</u>	77
5.1.1	<u>Análise Crítica</u>	77



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

5.2	<u>SUPRIMENTO DE FUNDOS</u>	78
5.2.1	<u>Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos</u>	78
5.2.1.1	<u>Suprimento de Fundos – Visão Geral</u>	78
5.2.1.2	<u>Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”</u>	78
5.2.1.3	<u>Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)</u>	78
5.2.1.4	<u>Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pelo IFRO</u>	79
5.2.1.5	<u>Prestações de Contas de Suprimento de Fundos</u>	79
5.2.1.6	<u>Análise Crítica</u>	80
6	<u>GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS</u>	81
6.1	<u>COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS</u>	81
6.1.1	<u>Demonstração da Força de Trabalho à Disposição do IFRO</u>	81
6.1.1.1	<u>Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva do IFRO</u>	81
6.1.2	<u>Qualificação da Força de Trabalho</u>	82
6.1.2.1	<u>Qualificação do Quadro de Pessoal do IFRO Segundo a Idade</u>	83
6.1.2.2	<u>Qualificação do Quadro de Pessoal do IFRO Segundo a Escolaridade</u>	83
6.1.3	<u>Demonstração dos Custos de Pessoal do IFRO</u>	85
6.1.4	<u>Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas</u>	86
6.1.4.1	<u>Classificação do Quadro de Servidores Inativos do IFRO Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria</u>	86
6.1.4.2	<u>Demonstração das Origens das Pensões Pagas pelo IFRO</u>	86
6.1.5	<u>Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos</u>	87
6.1.6	<u>Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos</u>	87
6.1.7	<u>Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação</u>	87
6.1.7.1	<u>Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC</u>	87
6.1.7.2	<u>Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico</u>	88
6.1.7.3	<u>Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos</u>	88
6.1.8	<u>Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos</u>	88
6.2	<u>TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS</u>	89
6.2.1	<u>Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão</u>	89
6.2.2	<u>Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público</u>	89
6.2.3	<u>Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados</u>	89
6.2.4	<u>Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pelo IFRO</u>	89
6.2.5	<u>Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão</u>	90
6.2.6	<u>Composição do Quadro de Estagiários</u>	90
7	<u>GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO</u>	91
7.1	<u>GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS</u>	91
7.1.1	<u>Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Reitoria</u>	91
7.1.2	<u>Frota de Veículos Automotores de Propriedade do Campus Ariquemes</u>	92
7.1.3	<u>Frota de Veículos Automotores de Propriedade do Campus Cacoal</u>	94
7.1.4	<u>Frota de Veículos Automotores de Propriedade do Campus Colorado do Oeste</u>	95
7.1.5	<u>Frota de Veículos Automotores de Propriedade do Campus Ji-Paraná</u>	97
7.1.6	<u>Frota de Veículos Automotores de Propriedade do Campus Porto Velho</u>	99
7.1.7	<u>Frota de Veículos Automotores de Propriedade do Campus Porto Velho Zona Norte</u>	101
7.1.8	<u>Frota de Veículos Automotores de Propriedade do Campus Vilhena</u>	101
7.2	<u>GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO</u>	103
7.2.1	<u>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial</u>	103
7.2.2	<u>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros</u>	103
7.2.3	<u>Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade do IFRO</u>	103
8	<u>GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO</u>	105
8.1	<u>GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)</u>	105
8.2	<u>ANÁLISE CRÍTICA</u>	105
9	<u>GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</u>	105



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

9.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	106
9.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	106
10	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	107
10.1	DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
10.1.1	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	107
10.1.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	107
10.2	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	107
10.3	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	108
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	108
10.4	DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	109
11	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	110
11.1	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	110
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	110
11.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	110
11.2.1	Declaração com Ressalva	110
12	INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET	112
12.1	INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005	112
12.2	ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET	112
13	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	115
13.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELO IFRO	115
	ANEXO I - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DO IFRO - REITORIA	117
	ANEXO II - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DO IFRO – CAMPUS ARIQUEMES	119
	ANEXO III - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DO IFRO – CAMPUS CACOAL	121
	ANEXO IV - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DO IFRO – CAMPUS COLORADO DO OESTE	123
	ANEXO V - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DO IFRO – CAMPUS JI-PARANÁ	125
	ANEXO VI - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DO IFRO – CAMPUS PORTO VELHO	127
	ANEXO VII - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DO IFRO – CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE	131
	ANEXO VIII - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DO IFRO – CAMPUS VILHENA	133
	ANEXO IX – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO IFRO	136
	ANEXO X - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	139
	ANEXO XI – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI	141
	ANEXO XII – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	144



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

LISTA DE QUADROS

<u>Quadro 1.1 - Identificação do Ifro – Relatório de Gestão Consolidado</u>	13
<u>Quadro 4.1.1 – AÇÃO: Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis</u>	61
<u>Quadro 4.1.2 – AÇÃO: Contribuição da União de Suas Autarquias e Fundações Para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais</u>	61
<u>Quadro 4.1.3 – AÇÃO: ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES</u>	62
<u>Quadro 4.1.4 – AÇÃO: ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS</u>	62
<u>Quadro 4.1.5 – AÇÃO: AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS</u>	63
<u>Quadro 4.1.6 – AÇÃO: AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS</u>	63
<u>Quadro 4.1.7 – AÇÃO: ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIÓDICOS</u>	64
<u>Quadro 4.1.8 – AÇÃO: EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA</u>	64
<u>Quadro 4.1.9 – AÇÃO: PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO</u>	65
<u>Quadro 4.1.10 – AÇÃO: ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</u>	65
<u>Quadro 4.1.11 – AÇÃO: CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO</u>	66
<u>Quadro 4.1.12 – AÇÃO: CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</u>	66
<u>Quadro 4.1.13 – AÇÃO: FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</u>	67
<u>Quadro 4.2.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - IFRO</u>	67
<u>Quadro 4.2.2.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES</u>	68
<u>Quadro 4.2.2.2 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL</u>	68
<u>Quadro 4.2.2.3 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA</u>	69
<u>Quadro 4.2.3 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA</u>	70
<u>Quadro 4.2.4.1.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS</u>	71
<u>Quadro 4.2.4.1.2 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS</u>	73
<u>Quadro 4.2.4.2.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO</u>	74
<u>Quadro 4.2.4.2.2 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO</u>	75
<u>Quadro 5.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</u>	77
<u>Quadro 5.2.1.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)</u>	78
<u>Quadro 5.2.1.3 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR</u>	78
<u>Quadro 5.2.1.4 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)</u>	79
<u>Quadro 5.2.1.5 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)</u>	79
<u>Quadro 6.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DO IFRO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12</u>	81
<u>Quadro 6.1.1.1 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DO IFRO – SITUAÇÃO EM 31/12</u>	81
<u>Quadro 6.1.2 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DO IFRO (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)</u>	82
<u>Quadro 6.1.2.1 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DO IFRO POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12</u>	83
<u>Quadro 6.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DO IFRO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12</u>	83
<u>Quadro 6.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA</u>	89
<u>Quadro 6.2.5 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA</u>	90
<u>Quadro 6.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS</u>	90
<u>Quadro 7.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO</u>	103



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

<u>Quadro 7.2.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS</u>	103
<u>Quadro 7.2.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DO IFRO</u>	103
<u>QUADRO 9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA</u>	106
<u>Quadro 10.3.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores do IFRO, da obrigação de entregar a DBR</u>	108
<u>QUADRO 10.4 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV</u>	109
<u>QUADRO 11.2.1 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR</u>	110
<u>QUADRO 12.1 – RESULTADOS DOS INDICADORES – ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005</u>	112



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACTRON – Associação dos Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares de Rondônia
AROM – Associação Rondoniense de Municípios
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD – Cargo de Direção
CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social
CENSIPAM – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CEPEX – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEPLAC – Comissão Executiva do Plantio de Lavoura Cacaueira
CGU – Controladoria-Geral da União
CNAE – Cadastro Nacional de Atividade Econômica
CONACOBAM – Conselho das Associações do Médio e Baixo Madeira
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CONEDCA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
COPEX – Comissão Permanente de Exames
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUP – Conselho Superior
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia
DE – Dedicação Exclusiva
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DGTI – Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação
DINTER – Programa de Doutorado Interinstitucional
DN – Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
EAD – Educação à Distância
EFA – Escolas Família Agrícola
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
EPCT – Educação Profissional Científica e Tecnológica
EMDUR - Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FEDCA – Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
FEMMIC – Feira dos Municípios e Mostra de Iniciação Científica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

FG – Função Gratificada

FIC - Formação Inicial e Continuada

FUNTEC – Fundação Educacional Tecnológica e Cultural de Rondônia

GRPU – Gerencia Regional do Patrimônio da União

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IDARON – Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia

IELTS – International English Language Testing System

IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

IFAC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

IFAP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

IFB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

IFES – Instituto Federal do Espírito Santo

IFET – Instituto Federal de Educação Tecnológica

IFMS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul

IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

IFPR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

IN – Instrução Normativa

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISSN – Internacional Standard Serial Number

LOA – Lei Orçamentária Anual

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

MEC – Ministério da Educação

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MINTER – Programa de Mestrado Interinstitucional

MJ – Ministério da Justiça

MP – Ministério Público

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

NAPNEs – Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

OCI – Órgão de Controle Interno

PAC – Plano Anual de Capacitação

PAE – Política de Assistência Estudantil

PAF – Programa de Assentamento Familiar

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PGF – Procuradoria Geral Federal – AGU

PIBIC-JR - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PIBIT - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNDH – Plano Nacional de Direitos Humanos
PPA – Plano Plurianual
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos
PRODIN – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
PROPESP – Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
PROPLAD – Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
REAPAE – Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil
RFP – Renda Familiar Per Capta
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
RG – Relatório de Gestão
RP – Restos a Pagar
SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SDH – Secretaria dos Direitos Humanos
SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária
SEAS – Secretaria Estadual de Assistência Social
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia
SEDUC – Secretaria Estadual de Educação
SEJUS – Secretaria de Estado da Justiça de Rondônia
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIGA-EPT – Sistemas Integrado de Gestão Acadêmica
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública
TECNEP - Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

TCU – Tribunal de Contas da União

TI - Tecnologia da Informação

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UG – Unidade Gestora

UGE – Unidade Gestora Executora

UGO – Unidade Gestora Orçamentária

UGR – Unidade Gestora Responsável

UJ – Unidade Jurisdicionada

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, à ciência e a cultura.

UO – Unidade Orçamentária

USP – Universidade de São Paulo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO.

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO IFRO

Quadro 1.1 - IDENTIFICAÇÃO DO IFRO – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Poder e Órgão de vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia				
Denominação abreviada: IFRO				
Código SIORG: 100907		Código LOA: 26421		Código SIAFI: 26421
Situação: Ativa				
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			CNPJ: 10.817.343/0001-05	
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Técnico			Código CNAE: 8541-4/00	
Telefones/Fax de contato		(069) 2182-9600		
Endereço Eletrônico: reitoria@ifro.edu.br				
Página na Internet: www.ifro.edu.br				
Endereço Postal: Av. Sete de Setembro, nº 2090 – Bairro Nossa Senhora das Graças / CEP 76.804-124 / Porto Velho – RO.				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Reitoria	10.817.343/0001-05	158148	Ativa	105389
Campus Colorado do Oeste	10.817.343/0004-40	158341	Ativa	002324
Campus Vilhena	10.817.343/0003-69	158342	Ativa	105391
Campus Ariquemes	10.817.343/0005-20	158343	Ativa	105392
Campus Porto Velho	10.817.343/0006-01	158345	Ativa	118693
Campus Ji-Paraná	10.817.343/0002-88	158376	Ativa	105390
Campus Avançado Porto Velho	10.817.343/0007-92	158532	Ativa	105393
Campus Avançado Cacoal	10.817.343/0008-73	158533	Ativa	113251
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadoras e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
Lei nº 11.892/2008				
Outras normas infra-legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada				
Plano de Desenvolvimento Institucional 2009/2013; Resolução/CONSUP/IFRO nº 3/2009 - Estatuto do IFRO; Resolução/CONSUP/IFRO nº 7/2011 – Política de Capacitação dos Servidores; Resolução/CONSUP/IFRO nº 19/2011 – Política de Assistência Estudantil – PAE; Resolução/CONSUP/IFRO nº 21/2011 – Regimento Geral; Resolução/CONSUP/IFRO nº 26/2011 – Regimento Interno do Núcleo de Inovação Tecnológica; Resolução/CONSUP/IFRO nº 27/2011 – Regimento Interno do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação; Resolução/CONSUP/IFRO nº 28/2011 – Plano Diretor de Tecnologia da Informação; Resolução/CONSUP/IFRO nº 11/2012 – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna; Resolução/CONSUP/IFRO nº 52/2012 - Regimento do Conselho Superior do IFRO.				
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada				
Resolução/CONSUP/IFRO nº 46/2010 – Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO; Resolução/CONSUP/IFRO nº 47/2010 – Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação do IFRO; Resolução/CONSUP/IFRO nº 4/2011 – Regulamento do Estágio da Educação Profissional Técnica de Nível Médio				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Resolução/CONSUP/IFRO nº 5/2011 – Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação;
Resolução/CONSUP/IFRO nº 8/2011 – Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA;
Resolução/CONSUP/IFRO nº 10/2011 - Estrutura Organizacional do IFRO Reitoria e *Campi*;
Resolução/CONSUP/IFRO nº 11/2011 – Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*;
Resolução/CONSUP/IFRO nº 18/2011 – Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa e Inovação;
Resolução/CONSUP/IFRO nº 20/2011 – Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil – REPAE;
Resolução/CONSUP/IFRO nº 29/2011 – Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada;
Resolução/CONSUP/IFRO nº 30/2011 – Regulamento dos NAPNEs;
Resolução/CONSUP/IFRO nº 28/2012 – Regulamento do Processo Eleitoral para escolha dos membros do Conselho Escolar dos *Campi* do IFRO;
Resolução/CONSUP/IFRO nº 36/2012 – Regulamento da Emissão de Certificados e Diplomas do IFRO;
Resolução/CONSUP/IFRO nº 46/2012 – Estrutura Organizacional do IFRO – *Campi* Cacoal e Porto Velho Zona Norte.

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadores e Consolidadas

Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
158148	Reitoria
158341	<i>Campus</i> Colorado do Oeste
158342	<i>Campus</i> Vilhena
158343	<i>Campus</i> Ariquemes
158345	<i>Campus</i> Porto Velho
158376	<i>Campus</i> Ji-Paraná
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26421	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158148; 158341; 158342; 158343; 158345; 158376; 158532; 158533	26421

1.1.1 Introdução

Em cumprimento aos princípios que regem a Administração Pública Federal e em atendimento às regulações e normas, em especial, à IN TCU nº 63/2010, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO apresenta seu Relatório de Gestão do Exercício de 2012 aos órgãos de controle e à comunidade em geral, de forma a relatar suas práticas de gestão.

Este Relatório estrutura-se em 13 (treze) capítulos. No Capítulo 1, faz-se a identificação e atributos da Instituição; no Capítulo 2, faz-se uma abordagem sobre o planejamento estratégico, plano de metas e de ações; no Capítulo 3, descreve-se a estrutura de governança e de autocontrole da gestão; no Capítulo 4, informa-se sobre a programação e execução da despesa orçamentária e financeira; no Capítulo 5, descreve-se os tópicos especiais da execução orçamentária e financeira; no Capítulo 6, trata-se de gestão de pessoas, mão de obra e custos relacionados; no Capítulo 7, informa-se sobre a gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário; no Capítulo 8, aborda-se sobre a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento; no Capítulo 9, explana-se sobre a gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental; no Capítulo 10, informa-se sobre a conformidade e tratamento de disposições legais e normativas; no Capítulo 11, trata-se das informações sobre a contabilidade aplicada ao setor público; no Capítulo 12, descreve-se sobre outras informações sobre a Gestão e no Capítulo 13, apresentam-se os Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005.

Levando-se em consideração o roteiro disposto no Anexo II da DN TCU nº 119/2012, o IFRO esclarece que não se aplica à realidade da unidade os itens da parte A: Informações sobre remuneração paga a Administradores (3.3), tendo em vista o IFRO não ser empresa estatal; Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 (11.3), Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976 (11.4), Composição Acionária das Empresas Estatais (11.5), Parecer da Auditoria Independente (11.6), em razão de que o IFRO é uma autarquia federal e sua contabilidade é executada no SIAFI. Os itens que se aplicam à realidade do IFRO e que não há conteúdo a ser declarado são: Indicadores (2.4), a Instituição ainda não dispõe de indicadores próprios aplicando somente os indicadores de gestão contemplados no acórdão nº 2.267/2005; Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ (4.1), os programas do PPA são de responsabilidade dos Ministérios das áreas afins, cabendo a nossa autarquia a responsabilidade na execução das ações inseridas nos respectivos programas e demonstradas em item próprio deste relatório; Reconhecimento de Passivos (5.1), Transferências de Recursos (5.3), Conformidade e tratamento de disposições legais e normativas (10.1), não apresentaram conteúdo a ser declarado.

Dentre as principais realizações do IFRO no exercício de 2012, podemos destacar: a) a ampliação do número de unidades, passando a contar com nove, sendo uma Reitoria (Porto Velho), sete *Campi* em funcionamento (Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho (2) e Vilhena), e um *Campus* com obras iniciadas (Guajará Mirim). Mesmo sem a conclusão de todas as obras, finalizamos o exercício com um atendimento a 7.133 alunos, o que demonstra um aumento de aproximadamente 26% de ampliação do número de matrículas e da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), técnicos, licenciaturas, engenharia e pós-graduação nas áreas científicas; b) expansão da EAD em parceria com o IFPR; c) reorganização da Estrutura Organizacional do IFRO; d) aquisição de equipamentos, mobiliário e veículos para as nossas unidades; e) aumento do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

quadro de pessoal; f) consolidação do PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego; g) implantação do sistema de informação SIGA-EPT e ainda no intuito de melhoria da gestão descentralizada foi concedida a autorização para execução orçamentária, financeira e patrimonial a dois *Campi* (Porto Velho e Ariquemes).

No que concerne às dificuldades encontradas pela gestão, não podemos deixar de considerar o grande crescimento da instituição em curto espaço de tempo sem as devidas condições de infraestrutura e recursos humanos para o desenvolvimento de todas as atividades necessárias ao funcionamento em sua plenitude.

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

1.2.1 Competência Institucional

O IFRO foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, dotado de natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Trata-se de uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos em sua prática pedagógica.

Em conformidade com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Instituto Federal de Rondônia tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

1.2.2 Objetivos Estratégicos

As características, finalidades e papel institucional estão consignados na Lei de criação e no Estatuto do IFRO, bem como as metas e ações constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional que possui os seguintes objetivos:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

✓ Ministar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

✓ Ministar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

✓ Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

✓ Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

✓ Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

✓ Ministar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

1.2.3 Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

O IFRO, juntamente com o IFMS, IFAP, IFAC e IFB, é considerado pelo MEC-SETEC como instituto em implantação, cujo prazo se encerra somente em 2014. Portanto, os desafios para o cumprimento de suas responsabilidades institucionais são diversos e inúmeros. Não obstante essa singularidade de nossa instituição, enviamos todos os nossos esforços no cumprimento de seus objetivos estratégicos que se encontram consignadas nas diretrizes da SETEC, na Lei nº 11.892/2008, no Estatuto, no PDI e no Plano de Implantação.

No atendimento às políticas em curso para a educação profissional e tecnológica, que tem como ação mais relevante a reestruturação e expansão da rede federal, o IFRO vem cumprindo o seu papel de atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, de uma educação pública, gratuita e de qualidade, focada nos arranjos produtivos locais com os quais as atividades de ensino, pesquisa e extensão guardam total sintonia.

1.2.4 Análise do Andamento do Plano Estratégico

O Plano Estratégico da Instituição encontra-se inserido no PDI. Este imprescindível instrumento de gestão contempla as políticas, objetivos, metas e ações estratégicas para o período de 2009 a 2013.

Há de se registrar ainda que, em face das alterações propostas pelo MEC para o Acordo de Metas, bem como a criação de mais uma unidades em 2012 e a implantação dos polos de EAD, constata-se a necessidade de se reformular o PDI, o que ocorrerá em 2013.

1.3 Organograma Funcional

O Organograma Funcional foi elaborado e aprovado pelas Resoluções nº 10/2011 – Estrutura Organizacional do IFRO Reitoria e *Campi* e nº 46/2012 – Estrutura Organizacional do IFRO – *Campi* Cacoal e Porto Velho Zona Norte pelo Conselho Superior.

Tendo em vista a implantação do IFRO (2008-2013) na estrutura organizacional constam apenas as competências dos cargos em que estão explicitados no Estatuto e Regimento Geral, os demais estão em fase elaboração nos regimentos internos de cada unidade que compõe o IFRO com previsão de conclusão em 2013.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

REITORIA

1. **Conselho Superior – CONSUP** – Aprovar as diretrizes para atuação do institucional e zelar pela execução de sua política educacional; deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do IFRO e dos Diretores-Gerais dos *Campi*; aprovar o plano de desenvolvimento institucional e os planos anuais de ação, apreciar a proposta orçamentária anual; aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares; aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico; apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros; deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFRO; autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos; aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral; deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação e elaborar e aprovar o seu regimento.
2. **Reitor (CD-1)** – Exercer a gestão do IFRO com o apoio de um Gabinete, de Comissões estabelecidas por legislações específicas e de uma Ouvidoria, além de uma equipe de assessoramento, com atribuições definidas no Regimento Interno da Reitoria, aprovado pelo Conselho Superior, expedindo resoluções, portarias e outros atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o poder de disciplina, no âmbito do IFRO, nomear e exonerar servidores dos cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do IFRO, indicados pelos diretores-gerais e pró-reitores nos casos relativos ao âmbito da competência destes, tomar decisões *ad referendum* em se tratando de matérias que requerem deliberação urgente e que não possam ser tratadas nas sessões colegiadas correspondentes dentro do prazo exigido, desde que as decisões sejam submetidas à apreciação do colegiado próprio em reunião imediatamente posterior a elas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

- 2.1. **Assessoria Especial** (CD-4) (competências (competências a serem definidas no Regimento Interno))
- 2.2. **Chefia de Gabinete** (CD-4) – O Gabinete, dirigido por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.
- 2.3. **Colégio de Dirigentes** – O colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria do IFRO.
- 2.4. **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX** – É um órgão consultivo e deliberativo em matéria de ensino, pesquisa e extensão, regulado por Regimento Interno próprio aprovado pelo Conselho Superior.
- 2.5. **Comissão de Ética** – A Comissão de Ética do IFRO, instituída conforme o Decreto nº 1.171/1994, alterado pelo Decreto nº 6.029/2007, e regulamentada pela Resolução nº 10/2008 da Presidência da República, tem por missão zelar pelo cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, orientar os servidores para que se conduzam de acordo com esses códigos e inspirar o respeito no serviço público.
- 2.6. **Comissão Própria de Avaliação – CPA** – A Comissão Própria de Avaliação, prevista na Lei 10.861/2004 e constituída conforme regulamenta a Portaria nº 2.051/2000, do Ministério da Educação, tem por finalidade a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, incluindo-se a sistematização e a prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e outros órgãos vinculados ao MEC.
- 2.7. **Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD** – A Comissão Permanente de Pessoal Docente, criada com base no Art. 11 do anexo ao Decreto nº 94.664/1987, é o órgão de assessoramento à Reitoria com a função de fazer a avaliação de desempenho dos docentes, acompanhar a Política de Capacitação do Servidor do Instituto Federal de Rondônia, no que se refere à formação de professores, e supervisionar todos os atos referentes à vida funcional desses servidores.
- 2.8. **Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - CIS/PCCTAE** – A Comissão Interna de Supervisão do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS/PCCTAE), prevista no parágrafo 3º do artigo 22 da Lei 11.091/2005, regulamentada pela Portaria nº 2.519/2005/MEC, e esta alterada pela Portaria nº 2.562/2005/MEC, tem a finalidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a implementação do PCCTAE no âmbito do IFRO e propor à Comissão Nacional de Supervisão (CNS) as alterações necessárias para seu aprimoramento.

- 2.9. **Ouvidoria** – A Ouvidoria é exercida por um Ouvidor como um serviço disponibilizado pelo IFRO com a finalidade de receber e dar os devidos encaminhamentos, no âmbito institucional, das denúncias, reclamações, informações, elogios, solicitações e sugestões referentes aos serviços prestados pela Instituição.
- 2.10. **Comissão Permanente de Exames – COPEX (FG-1)** – A Comissão Permanente de Exames, vinculada à Reitoria, composta por 5 (cinco) a 10 (dez) membros designados pelo Reitor, tem a finalidade de aplicar os processos seletivos e vestibulares do IFRO.
- 2.11. **Auditoria Interna (FG-1)** – A Auditoria Interna, sob a responsabilidade de um Auditor, é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.
- 2.12. **Procuradoria Jurídica (CD-4)** – A Procuradoria Jurídica é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial do IFRO e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, observada a legislação pertinente.
- 2.13. **Assessoria de Comunicação e Eventos (FG-1)** – A Assessoria de Comunicação e Eventos, sob a responsabilidade de um assessor nomeado pelo Reitor, realiza os serviços de imprensa e divulgação do IFRO.
- 2.14. **Assessoria de Relações Internacionais** – A Assessoria de Relações Internacionais, sob a responsabilidade de um assessor nomeado pelo Reitor, realiza os serviços de articulação com Entidades e Órgãos internacionais, visando à cooperação técnico-científica institucional, mobilidade estudantil e de servidores.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

- 2.15. **Pró-Reitoria de Ensino (CD-2)** – A Pró-Reitoria de Ensino, dirigida por um pró-reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão.
- 2.15.1. Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (CD-4) – (competências (competências a serem definidas no Regimento Interno)).
- 2.15.1.1. Coordenação do Ensino Técnico (FG-2) – (competências (competências a serem definidas no Regimento Interno)).
- 2.15.1.2. Coordenação de Ensino Graduação (FG-2) – (competências (competências a serem definidas no Regimento Interno)).
- 2.15.2. Diretoria de Educação a Distância (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 2.15.2.1. Coordenação de Tecnologia Educacional– (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 2.15.2.2. Coordenação de Desenvolvimento Pedagógico– (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 2.15.2.3. Coordenação de Desenvolvimento e Suporte – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 2.15.3. Diretoria de Assuntos Estudantis (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 2.15.3.1. Coordenação-Geral de Registros Acadêmicos (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 2.15.3.2. Coordenação de Assistência Estudantil– (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 2.16. **Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CD-2)** – A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, dirigida por um pró-reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa (integradas ao ensino e à extensão), promove ações de intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

tecnológica, bem como instrui a elaboração e aplicação de projetos de curso de pós-graduação.

2.16.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

2.16.2. Coordenação de Pós-Graduação (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

2.16.3. Coordenação do Núcleo de Inovação Tecnológica– (competências a serem definidas no Regimento Interno).

2.17. Pró-Reitoria de Extensão (CD-2) – A Pró-Reitoria de Extensão, dirigida por um pró-reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais.

2.17.1. Coordenação de Integração Ensino Sociedade (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

2.17.2. Coordenação de Programas, Projetos e Ações de Extensão (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

2.17.3. Coordenação de Educação Inclusiva– (competências a serem definidas no Regimento Interno).

2.18. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (CD-2) – A Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, dirigida por um pró-reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de planejamento, administração e gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

2.18.1. Diretoria de Administração (CD-3) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

2.18.1.1. Coordenação-Geral de Administração e Manutenção (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

2.18.1.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

- 2.18.1.3. Coordenação de Contratos e Convênios (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 2.18.1.4. Coordenação de Compras e Licitações (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 2.18.1.5. Coordenação de Finanças (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 2.18.2. Diretoria de Planejamento e Orçamento (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 2.18.3. Diretoria de Engenharia e Infraestrutura (CD-3) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 2.18.3.1. Coordenação de Projetos – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 2.18.3.2. Coordenação de Execução e Fiscalização (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 2.19. **Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional** (CD-2) – A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, dirigida por um pró-reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de desenvolvimento do IFRO e a articulação entre as Pró-Reitorias e os *Campi*.
- 2.19.1. **Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação** (CD-3) – A Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação é o órgão que planeja, executa, instrui, supervisiona e mantém a funcionalidade das tecnologias da informação e comunicação, com articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão no IFRO e atendimento às necessidades gerais da Reitoria e dos *Campi* no que se refere às suas competências.
- 2.19.1.1. Coordenação de Suporte a Redes – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 2.19.1.2. Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 2.19.2. Pesquisador Institucional (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

2.20. Diretoria de Gestão de Pessoas (CD-3) A Diretoria de Gestão de Pessoas é o órgão responsável por planejar, executar, instruir, supervisionar e avaliar a política de gestão de pessoas do IFRO.

2.20.1. Coordenação de Pagamento de Pessoal (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

2.20.2. Coordenação de Seleção, Cadastro e Aposentadoria (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

2.20.3. Coordenação de Desenvolvimento Humano e Social (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

CAMPUS CACOAL

1. Diretor (CD-2) – Exercer a gestão do *Campus* com o apoio do Conselho Escolar, de um Gabinete, de Comissões estabelecidas por legislações específicas e de uma equipe de assessoramento, com atribuições definidas no Regimento Interno do *Campus*, aprovado pelo Conselho Superior, expedindo portarias e outros atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o poder de disciplina, no âmbito do *Campus*, indicar servidores para nomeação nos cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do *Campus*.

1.1. **Chefia de Gabinete (FG-2)** – O Gabinete, dirigido por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa do *Campus*.

1.2. **Conselho Escolar** – O Conselho Escolar é o órgão máximo no âmbito de cada *Campus*, de caráter consultivo e deliberativo em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do Reitor.

1.3. Coordenação de Comunicação e Eventos – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.4. Coordenação de Avaliação e Controle Interno – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.5. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

- 1.6. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.7. Diretoria de Ensino (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno)
 - 1.7.1. Departamento de Produção (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.7.1.1. Coordenação de Produção Animal – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.7.1.2. Coordenação de Produção Vegetal – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.7.1.3. Coordenação de Processamento de Produtos Vegetais e Animais – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.7.2. Coordenação de Apoio ao Ensino (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.7.3. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.7.4. Coordenação de Assistência ao Educando (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.7.5. Coordenação de Biblioteca – (competências a serem definidas no Regimento Interno)
- 1.8. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.8.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.8.2. Coordenação de Pós-Graduação – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.9. Departamento de Extensão (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno)
 - 1.9.1. Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

1.9.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.10. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.10.1. Coordenação de Orçamento e Finanças (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.10.2. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.10.3. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.10.4. Coordenação de Compras e Licitações (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

1. Diretor (CD-2) – Exercer a gestão do *Campus* com o apoio do Conselho Escolar, de um Gabinete, de Comissões estabelecidas por legislações específicas e de uma equipe de assessoramento, com atribuições definidas no Regimento Interno do *Campus*, aprovado pelo Conselho Superior, expedindo portarias e outros atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o poder de disciplina, no âmbito do *Campus*, indicar servidores para nomeação nos cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do *Campus*.

1.1. **Chefia de Gabinete** (FG-2) – O Gabinete, dirigido por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa do *Campus*.

1.2. **Conselho Escolar** – O Conselho Escolar é o órgão máximo no âmbito de cada *Campus*, de caráter consultivo e deliberativo em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do Reitor.

1.3. Coordenação de Comunicação e Eventos – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.4. Coordenação de Avaliação e Controle Interno – (competências a serem definidas no Regimento Interno).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

- 1.5. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.6. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.7. Diretoria de Ensino (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno)
- 1.7.1. Coordenação de Apoio ao Ensino (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.7.2. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.7.3. Coordenação de Biblioteca – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.7.4. Coordenação de Assistência ao Educando – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.8. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.8.1. Coordenação de Orçamento e Finanças (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.8.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.8.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.8.4. Coordenação de Compras e Licitações – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.9. Departamento de Extensão (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno)
- 1.9.1. Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.9.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.10. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

1.10.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.10.2. Coordenação de Pós-Graduação – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.11. Departamento de Produção de EaD (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.11.1. Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.11.2. Coordenação de Produção e Geração Audiovisual – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.11.3. Coordenação de Material e Design Instrucional (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

CAMPUS VILHENA

1. **Diretor** (CD-2) – Exercer a gestão do *Campus* com o apoio do Conselho Escolar, de um Gabinete, de Comissões estabelecidas por legislações específicas e de uma equipe de assessoramento, com atribuições definidas no Regimento Interno do *Campus*, aprovado pelo Conselho Superior, expedindo portarias e outros atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o poder de disciplina, no âmbito do *Campus*, indicar servidores para nomeação nos cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do *Campus*.

1.1. **Chefia de Gabinete** (FG-2) – O Gabinete, dirigido por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa do *Campus*.

1.2. **Conselho Escolar** – O Conselho Escolar é o órgão máximo no âmbito de cada *Campus*, de caráter consultivo e deliberativo em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do Reitor.

1.1. Coordenação de Comunicação e Eventos – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.2. Coordenação de Avaliação e Controle Interno – (competências a serem definidas no Regimento Interno).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

- 1.3. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.4. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.5. Diretoria de Ensino (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno)
 - 1.5.1. Coordenação de Apoio ao Ensino (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.5.2. Coordenação de Assistência ao Educando (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.5.3. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.5.4. Coordenação de Biblioteca – (competências a serem definidas no Regimento Interno)
- 1.6. Departamento de Extensão (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.6.1. Coordenação de Integração Escola Empresa Comunidade – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.6.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.7. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.7.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.7.2. Coordenação de Pós-Graduação – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.8. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.8.1. Coordenação de Orçamento e Finanças – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.8.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

1.8.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno)

1.8.4. Coordenação de Compras e Licitações – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

CAMPUS JI-PARANÁ

1. Diretor (CD-2) – Exercer a gestão do *Campus* com o apoio do Conselho Escolar, de um Gabinete, de Comissões estabelecidas por legislações específicas e de uma equipe de assessoramento, com atribuições definidas no Regimento Interno do *Campus*, aprovado pelo Conselho Superior, expedindo portarias e outros atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o poder de disciplina, no âmbito do *Campus*, indicar servidores para nomeação nos cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do *Campus*.

1.1. **Chefia de Gabinete** (FG-2) – O Gabinete, dirigido por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa do *Campus*.

1.2. **Conselho Escolar** – O Conselho Escolar é o órgão máximo no âmbito de cada *Campus*, de caráter consultivo e deliberativo em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do Reitor.

1.3. Coordenação de Comunicação e Eventos – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.4. Coordenação de Avaliação e Controle Interno – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.5. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.6. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.7. Diretoria de Ensino (CD-3) – (competências a serem definidas no Regimento Interno)

1.7.1. Coordenação de Apoio ao Ensino (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

- 1.7.2. Coordenação de Assistência ao Educando (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.7.3. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.7.4. Coordenação de Biblioteca – (competências a serem definidas no Regimento Interno)
- 1.8. Departamento de Extensão (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.8.1. Coordenação de Integração Escola Empresa Comunidade – (competências a serem definidas no Regimento Interno)
- 1.8.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.9. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.9.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.9.2. Coordenação de Pós-Graduação – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.10. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.10.1. Coordenação de Orçamento e Finanças (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.10.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.10.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.10.4. Coordenação de Compras e Licitações – (competências a serem definidas no Regimento Interno).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

CAMPUS ARIQUEMES

1. **Diretor** (CD-2) – Exercer a gestão do *Campus* com o apoio do Conselho Escolar, de um Gabinete, de Comissões estabelecidas por legislações específicas e de uma equipe de assessoramento, com atribuições definidas no Regimento Interno do *Campus*, aprovado pelo Conselho Superior, expedindo portarias e outros atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o poder de disciplina, no âmbito do *Campus*, indicar servidores para nomeação nos cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do *Campus*.

1.1. **Chefia de Gabinete** (FG-2) – O Gabinete, dirigido por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa do *Campus*.

1.2. **Conselho Escolar** – O Conselho Escolar é o órgão máximo no âmbito de cada *Campus*, de caráter consultivo e deliberativo em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do Reitor.

1.3. Coordenação de Comunicação e Eventos – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.4. Coordenação de Avaliação e Controle Interno – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.5. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.6. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.7. Diretoria de Ensino (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno)

1.7.1. Departamento de Produção (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.7.1.1. Coordenação de Produção Animal – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.7.1.2. Coordenação de Produção Vegetal – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.7.1.3. Coordenação de Processamento de Produtos Vegetais e Animais – (competências a serem definidas no Regimento Interno).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

- 1.7.2. Coordenação de Apoio ao Ensino (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.7.3. Coordenação de Assistência ao Educando (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.7.4. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.7.5. Coordenação de Biblioteca – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.8. Departamento de Extensão (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.8.1. Coordenação de Integração Escola Empresa Comunidade – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.8.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.9. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.9.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.9.2. Coordenação de Pós-Graduação – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.10. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.10.1. Coordenação de Orçamento e Finanças – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.10.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.10.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.10.4. Coordenação de Compras e Licitações – (competências a serem definidas no Regimento Interno).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

CAMPUS PORTO VELHO

1. **Diretor** (CD-2) – Exercer a gestão do *Campus* com o apoio do Conselho Escolar, de um Gabinete, de Comissões estabelecidas por legislações específicas e de uma equipe de assessoramento, com atribuições definidas no Regimento Interno do *Campus*, aprovado pelo Conselho Superior, expedindo portarias e outros atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o poder de disciplina, no âmbito do *Campus*, indicar servidores para nomeação nos cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do *Campus*.

1.1. **Chefia de Gabinete** (FG-2) – O Gabinete, dirigido por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa do *Campus*.

1.2. **Conselho Escolar** – O Conselho Escolar é o órgão máximo no âmbito de cada *Campus*, de caráter consultivo e deliberativo em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do Reitor.

1.1. Coordenação de Comunicação e Eventos – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.2. Coordenação de Avaliação e Controle Interno – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.3. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.4. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.5. Diretoria de Ensino (CD-3) – (competências a serem definidas no Regimento Interno)

1.5.1. Departamento de Desenvolvimento do Ensino (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.5.1.1. Coordenação de Apoio ao Ensino (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.5.1.2. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

- 1.5.1.3. Coordenação de Biblioteca (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.5.2. Departamento de Assistência ao Educando (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.5.2.1. Coordenação de Assistência Social – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.5.2.2. Coordenação de Orientação Educacional – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.6. Departamento de Extensão (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.6.1. Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.6.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.7. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.7.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.7.2. Coordenação de Pós-Graduação (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.8. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-3) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.8.1. Coordenação de Orçamento e Finanças (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.8.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.8.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.8.4. Coordenação de Compras e Licitações (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

CAMPUS COLORADO DO OESTE

1. **Diretor** (CD-2) – Exercer a gestão do *Campus* com o apoio do Conselho Escolar, de um Gabinete, de Comissões estabelecidas por legislações específicas e de uma equipe de assessoramento, com atribuições definidas no Regimento Interno do *Campus*, aprovado pelo Conselho Superior, expedindo portarias e outros atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o poder de disciplina, no âmbito do *Campus*, indicar servidores para nomeação nos cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do *Campus*.

1.1. **Chefia de Gabinete** (FG-2) – O Gabinete, dirigido por um *Chefe* nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa do Campus.

1.2. **Conselho Escolar** – O Conselho Escolar é o órgão máximo no âmbito de cada *Campus*, de caráter consultivo e deliberativo em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do Reitor.

1.1. Coordenação de Comunicação e Eventos (FG-5) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.2. Coordenação de Avaliação e Controle Interno – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.3. Coordenação de Gestão de Contratos (FG-5) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.4. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.5. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.6. Diretoria de Ensino (CD-3) – (competências a serem definidas no Regimento Interno)

1.6.1. Departamento de Desenvolvimento do Ensino (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).

1.6.1.1. Coordenação dos Cursos Superiores de Tecnologia (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

- 1.6.1.2. Coordenação dos Cursos Técnicos (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.6.1.3. Coordenação do Curso de Engenharia Agrônômica (FG-3) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.6.1.4. Coordenação do Curso de Licenciatura em Biologia (FG-3) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.6.1.5. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-3) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.6.1.6. Coordenação de Biblioteca (FG-5) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.6.2. Departamento de Assistência ao Educando (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.6.2.1. Coordenação de Assistência Social (FG-5) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.6.2.2. Coordenação de Alimentação e Nutrição (FG-5) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.6.2.3. Coordenação de Orientação Educacional (FG-5) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.6.3. Departamento de Produção (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.6.3.1. Coordenação de Animais de Pequeno Porte (FG-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.6.3.2. Coordenação de Animais de Médio Porte (FG-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.6.3.3. Coordenação de Animais de Grande Porte (FG-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.6.3.4. Coordenação de Olericultura (FG-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.6.3.5. Coordenação de Culturas Anuais (FG-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

- 1.6.3.6. Coordenação de Culturas Perenes (FG-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.6.3.7. Coordenação de Processamento de Produtos Vegetais e Animais (FG-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.6.3.8. Coordenação de Piscicultura (FG-5) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.6.3.9. Coordenação de Laboratório de Solos (FG-5) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.7. Departamento de Extensão (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.7.1. Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade (FG-5) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.7.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada (FG-5) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.8. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.8.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação (FG-5) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.8.2. Coordenação de Pós-Graduação (FG-5) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
- 1.9. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-4) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.9.1. Coordenação de Orçamento e Finanças (FG-1) – (competências a serem definidas no Regimento Interno)
 - 1.9.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.9.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-3) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).
 - 1.9.4. Coordenação de Compras e Licitações (FG-2) – (competências a serem definidas no Regimento Interno).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos do IFRO estão pautados nos documentos norteadores das políticas institucionais através de seu Estatuto, PDI e Regimento Geral, cujas políticas são definidas para o atendimento à comunidade por meio do Ensino, Pesquisa e Inovação e Extensão, dos quais destacamos:

Ensino –

- Planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e controle das políticas relativas ao ensino;
- Desenvolvimento de programas e projetos de apoio ao ensino;
- Educação técnica de nível médio para concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- Cursos superiores de tecnologia e bacharelado (engenharias) visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica com vistas à formação de professores para educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

Pesquisa e Inovação –

- Planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e controle das políticas relativas à pesquisa e a Pós-graduação de Lato e Stricto Sensu;
- Desenvolvimento de pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Cursos de Pós-graduação *Lato e Stricto Sensu* (aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado), com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica;
- Coordenação e a supervisão dos projetos e dos grupos de pesquisa;
- Fomento e criação de intercâmbio de alunos com outros órgãos de pesquisa científica, nacionais e internacionais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Extensão –

- Planejamento, coordenação, supervisão, avaliação das políticas de Extensão;
- Desenvolvimento de projetos e programas de extensão junto às comunidades regionais;
- Curso de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Desenvolvimento de ações afirmativas e inclusivas;
- Articulação com o setor produtivo, em particular, e com a sociedade em geral para a melhoria da oferta dos cursos;
- Avaliação das atividades relativas à extensão, a integração e ao intercâmbio da instituição com as comunidades interna e externa.

A condução dos macroprocessos finalísticos ocorreu por meio das Pró-Reitorias e suas respectivas Diretorias e Coordenações, cabendo à execução aos *Campi* do IFRO em conformidade com as ações contempladas no plano de ação de cada *Campus*/setor.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio do IFRO estão pautados nos documentos norteadores das políticas institucionais através de seu Estatuto, PDI e Regimento Geral, cujas políticas são definidas para o atendimento à comunidade por meio do Desenvolvimento Institucional, Administração, Auditoria Interna, Procuradoria Jurídica, Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação e Assessoria de Comunicação, dos quais destacamos:

Desenvolvimento Institucional –

- Implementação do Planejamento Estratégico;
- Pesquisa e o controle de dados educacionais;
- Execução da Avaliação Institucional;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

- Consolidação e encaminhamento do Relatório de Gestão anual e prestação de contas da gestão dos documentos institucionais: Processo de elaboração e Monitoramento das metas previstas no PDI;
- Gestão dos documentos institucionais: revisão e atualização do estatuto, regimento entre outros;
- Elaboração da proposta orçamentária anual.

Administração –

- Execução de políticas institucionais para garantir a execução dos planos orçamentários, financeiros e patrimoniais;
- Administração dos espaços físicos e infraestrutura utilizados pelo IFRO;
- Realização e conformidade da gestão contábil;
- Gestão de compras, contratos e convênios.

Auditoria Interna –

- Análise da legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, bem como os resultados de economicidade, eficácia e eficiência;
- Verificação de adequação e acompanhamento de implementação das recomendações exaradas por órgãos de controle.

Procuradoria Jurídica –

- Análise de contratos, convênios, termos de cooperação e seus termos aditivos e editais;
- Prestar informações, emitir pareceres a respeito de assuntos de cunho jurídico e analisar processos licitatórios.

Gestão de Pessoas –

- Execução da gestão de pessoas em consonância com as diretrizes legais;
- Execução da política de capacitação de servidores
- Seleção de pessoal;
- Ações de qualidade de vida e promoção da saúde.

Tecnologia da Informação –

- Gestão do ambiente da rede e serviços de informática;
- Implantação dos sistemas institucionais (SIGA);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

- Aplicação das normas legais para licitação de software, hardware e/ou serviços de TI;
- Execução de atividades de suporte ao usuário de TI;
- Segurança dos componentes da rede de informática;
- Gestão das tecnologias de informação e comunicação.

Assessoria de Comunicação –

- Organização e execução da comunicação interna e externa;
- Organização dos eventos do IFRO no âmbito da reitoria e supervisionar e coordenar os eventos dos *Campi*;
- Condução de trabalhos para fins de regulamentação interna referente ao cerimonial institucional;
- Gestão da comunicação e marketing institucional.

A condução dos macroprocessos de apoio ocorreu por meio das Pró-Reitorias e suas respectivas Diretorias, Coordenações e demais setores da gestão, em conformidade com as ações contempladas no plano de ação do IFRO.

1.6 Principais Parceiros

No desenvolvimento das atividades finalísticas do IFRO no ano de 2012, contamos com as parcerias dos Órgãos e Instituições abaixo relacionadas:

CENSIPAM – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia

CEPLAC – Comissão Executiva do Plantio de Lavoura Cacaueira

CGU – Controladoria-Geral da União

CONACOBAM – Conselho das Associações do Médio e Baixo Madeira

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias

GRPU – Gerencia Regional do Patrimônio da União



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IDARON – Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia
IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IFAC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
IFPR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MJ – Ministério da Justiça
MP – Ministério Público
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PGF – Procuradoria Geral Federal - AGU
PREFEITURAS MUNICIPAIS (Guajará-Mirim, Jaru, Buritis e São Miguel do Guaporé)
SDH – Secretaria dos Direitos Humanos
SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária
SEAS – Secretaria Estadual de Assistência Social
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia
SEDUC – Secretaria Estadual de Educação
SEJUS – Secretaria de Estado da Justiça de Rondônia
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 Planejamento das Ações

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), 2009/2013, descreve a filosofia de trabalho, a missão a que se propõe, as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, a sua estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que pretende desenvolver até o ano de 2013, sem perder de vista as diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação – MEC através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC.

A missão do IFRO é promover educação científica e tecnológica de excelência, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, para a formação de cidadãos comprometidos com a sustentabilidade da sociedade.

A composição do Plano de Ação que foi elaborado por cada uma das unidades que compõem o IFRO, tomou como base os documentos norteadores das políticas institucionais em consonância com os Programas Temáticos do Ministério da Educação, contemplados na LOA, a saber: 0089 – Previdência de inativos e pensionistas da União; 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica; 0750 – Apoio Administrativo; 1067 – Gestão de Política de Educação.

2.1 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Para consolidação dos Objetivos Estratégicos, a Instituição que é estruturada na forma multi *Campi*, atuou através da elaboração de Planos de Ação por unidades gestoras, respeitando as dimensões estratégicas que compõem o PDI, utilizando várias ferramentas e metodologias para atingir os objetivos estabelecidos.

Dentre as várias formas utilizadas para a concretização dos objetivos, a administração atuou por meio de documentos, resoluções, portarias, notas técnicas, comissões, reuniões, treinamentos, encontros, oficinas e visitas técnicas.

Para o desenvolvimento das atividades propostas nos Planos de Ação, a instituição contou com a contratação de servidores adequando assim a sua estrutura de pessoal, conclusão de algumas obras e aquisição de equipamentos e mobiliários, dando assim uma melhor condição para ter como resultado um atendimento de melhor qualidade à comunidade interna e externa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

A forma de divulgação interna dos resultados obtidos a partir dos objetivos estabelecidos ocorreu por meio de reuniões setoriais na reitoria e nos *Campi*, onde foram analisadas as metas previstas e as realizadas resultando numa avaliação setorial que, posteriormente, foi socializada, primeiro numa reunião de avaliação da gestão com todos os gestores da instituição, e num segundo momento compartilhado com os demais servidores.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

A execução do plano de metas e ações consolidou-se através das áreas estratégicas do Instituto: ensino, pesquisa e inovação, extensão, gestão e infraestrutura, todas sintonizadas com o PDI, dentre os quais destacamos:

2.3.1 Ensino

O Instituto Federal de Rondônia desenvolve suas políticas de formação profissional por meio de programas e projetos focados na educação de excelência, na consolidação de sua identidade enquanto unidade de uma rede que prevê o desenvolvimento regional (coerente com os arranjos produtivos locais) e na expansão da educação profissional, científica e tecnológica, conforme as diretrizes do Ministério da Educação e órgãos correlatos.

O ensino tem como base nos princípios de uma educação contextualizada e problematizadora. Para tanto, são adotados procedimentos democráticos e investimentos em projetos de intervenção. Na prática específica de ensino e aprendizagem, as ações são desenvolvidas para garantir uma educação que atenda às diretrizes de inclusão, profissionalização e de formação para a cidadania.

No ano de 2012, a Pró-Reitoria de Ensino focou sua atuação na normatização dos procedimentos acadêmicos, no assessoramento aos processos de organização e intervenção pedagógica e controle acadêmico, na expansão e reorganização da Educação a Distância, na ampliação das condições de acesso, permanência e êxito dos jovens no processo educativo por meio de ações inclusivas e da aplicação dos programas de Assistência Estudantil.

As atividades de ensino foram pautadas pelos processos de elaboração e consolidação de normativas, a implantação e aprimoramento dos projetos pedagógicos de curso, a estruturação dos setores de desenvolvimento do ensino para todas as demandas de educação presencial e a distância,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

o acompanhamento pedagógico dos processos de ensino e aprendizagem e a reorganização da Educação a Distância no âmbito do Instituto Federal de Rondônia, consequência da sua expansão e interiorização.

Os trabalhos de controle e registro acadêmico foram pautados na elaboração e consolidação de normativa, na assessoria e acompanhamento das Coordenações de Registros Acadêmicos dos *Campi* nos processos de matrícula e organização e sistematização de documentos e registro de diplomas.

Para a promoção do acesso, permanência e êxito no processo educativo, a Pró-Reitoria de Ensino conduziu a realização de 5 (cinco) processos seletivos para ingresso de estudantes nos cursos técnicos de nível médio e de graduação, ofertados nas modalidades presencial e a distância, distribuindo as vagas em cada certame conforme as ações afirmativas/cotas sociais deliberadas pelo Colégio de Dirigentes e determinadas em legislação; acompanhou o desenvolvimento dos programas de assistência estudantil e os processos de confecção e entrega das Carteiras de Identificação Estudantil.

A Pró-Reitoria de Ensino também deu enfoque à capacitação de servidores para a atuação na gestão do ensino, seja na atuação direta no processo de ensino aprendizagem, como também no registro e controle acadêmico e no atendimento aos educandos por meio da assistência estudantil, com a realização do I Encontro das Equipes Multiprofissionais dos *Campi* atuantes na Assistência Estudantil, do II Encontro de Dirigentes de Ensino do IFRO e no I Encontro das Coordenações de Registros Acadêmicos dos *Campi*.

Destacamos as normativas emanadas dos trabalhos da Pró-Reitoria de Ensino: Resolução nº 5/CONSUP/IFRO, de 12 de março de 2012: Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física – *Campus* Porto Velho; Resolução nº 6/CONSUP/IFRO, de 12 de março de 2012: Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática – *Campus* Vilhena; Resolução nº 7/CONSUP/IFRO, de 12 de março de 2012: Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – *Campus* Ariquemes; Resolução nº 8/CONSUP/IFRO, de 12 de março de 2012: Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – *Campus* Colorado do Oeste; Resolução nº 9/CONSUP/IFRO, de 12 de março de 2012: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio – *Campus* Porto Velho; Resolução nº 14/CONSUP/IFRO, de 12 de março de 2012: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Integrado ao Ensino Médio – *Campus* Porto Velho; Resolução nº 15/CONSUP/IFRO, de 12 de março de 2012: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio – *Campus* Vilhena; Resolução nº 16/CONSUP/IFRO, de 12 de março de 2012: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações Subsequente ao Ensino Médio – *Campus* Porto Velho; Resolução nº 17/CONSUP/IFRO, de 12 de março de 2012: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações Subsequente ao Ensino Médio – *Campus* Vilhena; Resolução nº 18/CONSUP/IFRO, de 12 de março de 2012: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, do Instituto Federal de Educação – *Campus* Ariquemes; Resolução nº 19/CONSUP/IFRO, de 12 de março de 2012: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio – *Campus* Colorado do Oeste; Resolução nº 20/CONSUP/IFRO, de 12 de março de 2012: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio – *Campus* Cacoal; Resolução nº 22/CONSUP/IFRO, de 30 de março de 2012: Certificações de Conclusão de Ensino Médio e Emissão de Declaração de Proficiência por Áreas de Conhecimento com Base nos Resultados do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM 2011; Resolução nº 26/CONSUP/IFRO, de 30 de março de 2012: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente ao Ensino Médio – *Campus* Vilhena; Resolução nº 36/CONSUP/IFRO, de 5 de novembro de 2012: Regulamento da Emissão de Certificados e Diplomas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia; Resolução nº 37/CONSUP/IFRO, de 5 de novembro de 2012: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio, do Instituto Federal de Educação – *Campus* Colorado do Oeste; Resolução nº 38/CONSUP/IFRO, de 5 de novembro de 2012: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática Concomitante ao Ensino Médio – *Campus* Ariquemes; Resolução nº 43/CONSUP/IFRO, de 5 de novembro de 2012: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Finanças Subsequente ao Ensino Médio – *Campus* Porto Velho Zona Norte; Resolução nº 44/CONSUP/IFRO, de 5 de novembro de 2012: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática para Internet Subsequente ao Ensino Médio – *Campus* Porto Velho Zona Norte; Resolução nº 45/CONSUP/IFRO, de 5 de novembro de 2012: Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – *Campus* Porto Velho Zona Norte; Resolução nº 48/CONSUP/IFRO, de 30 de novembro de 2012: Regulamento da oferta dos Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

de Rondônia; Resolução nº 49/CONSUP/IFRO, de 30 de novembro de 2012: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Finanças Subsequente ao Ensino Médio – Modalidade a Distância – *Campus* Porto Velho Zona Norte; Resolução nº 50/CONSUP/IFRO, de 30 de novembro de 2012: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática para Internet Subsequente ao Ensino Médio – Modalidade a Distância – *Campus* Porto Velho Zona Norte. Foram necessárias adequações nos Calendários Acadêmicos dos *Campi*, em consequência do movimento paredista, as quais foram aprovadas pelas seguintes Resoluções: Resolução nº 39/CONSUP/IFRO, de 5 de novembro de 2012: Calendário Acadêmico 2012 – Pós-Greve do *Campus* Porto Velho; Resolução nº 40/CONSUP/IFRO, de 5 de novembro de 2012: Calendário Acadêmico 2012 – Pós-Greve do *Campus* Ji-Paraná; Resolução nº 41/CONSUP/IFRO, de 5 de novembro de 2012: Calendário Acadêmico 2012 – Pós-Greve do *Campus* Vilhena.

2.3.2 Pesquisa e Inovação

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação tem como principal atribuição fomentar e gerenciar a pesquisa científica, a inovação tecnológica, a pós-graduação e a implantação dos Núcleos de Inovação Tecnológica.

No ano de 2012, destacamos as seguintes ações:

Realização do Seminário de Pós-Graduação com a participação dos representantes do IFES, apresentando a proposta de Mestrado em Educação em Ciências e em Matemática; participação dos representantes da UFRPE, que apresentaram a proposta do Mestrado em Gestão de Tecnologia em EaD; e participação da UFF, que apresentou a proposta do Mestrado em Ciências da Computação;

Elaboração do Projeto e assinatura de Termo de Cooperação do Projeto para o Mestrado Profissional em Tecnologia e Gestão da Educação a Distância, IFRO/UFRPE/SETEC-MEC;

Elaboração do Projeto e assinatura de Termo de Cooperação do Projeto para o Mestrado Profissional em Educação em Ciências e Matemática IFRO/IFES/SETEC-MEC;

Realização de Seminários preparatórios para o Mestrado Profissional em Educação em Ciências e Matemática, com a participação dos coordenadores do Programa no IFES para os servidores do IFRO nos *Campi* Ji-Paraná (oportunizando também a participação de *Campus*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Cacoal), Vilhena (oportunizando a participação do *Campus* Colorado), Porto Velho (oportunizando a participação do *Campus* Ariquemes e Porto Velho Zona Norte).

Tratativas avançadas no sentido de ofertar dois doutorados: História Social/USP; e Agricultura Tropical/UFMT. O doutorado em História Social já está com a proposta finalizada e em análise por parte da USP; no caso do doutorado em Agricultura Tropical, o mesmo ainda encontra-se em fase de elaboração da proposta. Mesmo estando com as tratativas bem avançadas, e aguardando apenas a abertura do calendário da CAPES para submissão de propostas. Fomos informados que a CAPES suspendeu o Calendário para apresentação de Doutorados e Mestrados Interinstitucionais, ainda sem previsão de abertura para 2013.

Tratativas avançadas no sentido de oferecer o mestrado em Ciências da Computação/UFF, com proposta já elaborada e em fase de aprovação.

Realização do II Circuito Científico que agregou o III Seminário do Programa Pesquisador Iniciante e o I Seminário do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, envolvendo apresentações de resultados dos projetos de pesquisa desenvolvidos por aproximadamente 152 alunos e 60 orientadores do Programa Pesquisador Iniciante; 60 alunos e 19 orientadores PIBID, além de alunos, professores e técnicos do IFRO que não participam de programas de iniciação científica e à docência, além do público oriundo de outras instituições, tendo aproximadamente um total geral de 800 pessoas.

Participação de servidores e alunos em Congressos científicos e mostras tecnológicas tais como 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, VII CONNEPI (Congresso Norte e Nordeste de Pesquisa e Inovação) e FEMMIC (11ª Edição da Feira de Municípios e 2ª Mostra de Iniciação Científica).

No Programa Institucional de bolsas de Iniciação à Docência PIBID/IFRO do ano de 2012, com a ampliação do Projeto “Educação ambiental como Elemento Transformador do Ensino” teve um total de 80 bolsas implantadas e pagas pela CAPES.

Lançamentos dos editais nº 22, de 14 de fevereiro de 2012; nº 31 de 1º de março de 2012 e o Edital Simplificado nº 61, de 4 de maio de 2012, que juntos totalizaram 76 bolsas implantadas na modalidade de iniciação científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Lançamento do Edital nº 79, de 6 de setembro de 2012, com implementação de 11 bolsas para alunos dos cursos de Graduação modalidade PIBITI (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação).

Lançamento dos editais, Edital nº 19, de 19 de janeiro de 2012 (Espanha e Portugal); Edital nº 48, de 2 de abril de 2012 (Canadá); Edital nº 98, de 19 de dezembro de 2012 (Reino Unido) do Programa Ciência sem Fronteiras. Oportunizando aos alunos do IFRO o alcance de bolsas através do Programa Ciências sem Fronteiras, no entanto a proficiência em idiomas continua sendo um entrave para a colocação de nossos alunos em países principalmente os de língua inglesa.

Início de registro do CEPI/IFRO na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP/MS.

Conclusão da Revista REDI *on line* e solicitação de ISSN ao IBICTI.

Conclusão e lançamento dos Anais do I Circuito Científico em dois volumes 1 (Programa Pesquisador Iniciante) e 2 (Artigos com Dissertações e Teses de servidores do IFRO).

Análise, parecer e homologação de 2 novos grupos de pesquisa.

Encaminhamentos para criação da comissão de publicação do IFRO e comitê de avaliação.

Aprovação da Resolução nº 12/CONSUP/IFRO, de 12 de março de 2012: Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Geoprocessamento Ambiental – Campus Colorado do Oeste, e da Resolução nº 13/CONSUP/IFRO, de 12 de março de 2012: Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Informática na Educação – Campus Ariquemes.

É importante registrar que o ano 2012 foi atípico para a PROPESP, tendo em vista a falta de recursos humanos para o desenvolvimento das ações planejadas em sua plenitude. Os principais desafios da PROPESP para 2013 são implantar o NIT, ampliar o número de bolsas de pesquisa, fomentar e aumentar índices de publicação dos servidores do IFRO e implantar um mestrado profissional próprio em agricultura e sustentabilidade.

Extensão

Os Institutos em seu papel central devem colher da cidadania e da ética os seus princípios e valores, constituindo um marco nas políticas de educação, revelando uma dimensão de educação profissional alinhada com as políticas de inclusão e com um projeto de nação. (Art. 6ª da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

A extensão se caracteriza por ações pautadas na promoção do acesso ao conhecimento científico e tecnológico a fim de criar condições favoráveis ao acesso e permanência no âmbito da educação e do mundo do trabalho, promovendo a inclusão produtiva e o exercício da cidadania. No projeto educacional dos Institutos, a educação profissional e tecnológica visa contribuir com o progresso socioeconômico local e regional através de efetivo diálogo com outras políticas setoriais. A educação profissional e tecnológica afirma-se assim, como política pública “não somente pela fonte de financiamento de sua manutenção, mas principalmente por seu compromisso com o todo social.” (PACHECO, p.3, 2009).

No âmbito da EPCT, com a criação dos Institutos Federais através da Lei Nº 11.892/2008, o ensino agrícola ocupa importante instrumento de inclusão, propiciando a implementação de políticas públicas, promovendo a inovação e a atuação no território de modo inclusivo, principalmente estimulando o acesso da população rural e de assentamentos, às chamadas *populações tradicionalmente afastadas desta possibilidade* até então, ao conhecimento gerado no Instituto Federal de Rondônia.

Com base no acima exposto, a PROEX ao longo de 2012 pautou suas ações em projetos e programas de significância promovendo o desenvolvimento local e regional dos quais destacamos: Projeto Jequitibá 2012, Educação em Meios de Privação de Liberdade, Pronatec – Bolsa Formação, Programa Nacional Mulheres Mil, Programa de Apoio a Projetos de Extensão, Projeto Extensão Solidária, Escola de Conselhos de Rondônia – IFRO.

Projeto Jequitibá 2012

O Projeto *intercampi* Jequitibá em parceria com EMATER/SEAGRI/INCRA/MDA/Exército Brasileiro – 17ª Brigada de Infantaria de Selva “Brigada Príncipe da Beira”, oportunizou a ressignificação do ensino agrícola na medida em que integrou o conhecimento gerado no IFRO e a demanda da comunidade rural, especialmente no que se refere à Agricultura Familiar, por meio de curso FIC de 180 horas, beneficiando diretamente 45 famílias e indiretamente 209, do Assentamento Florestal Jequitibá, cujo projeto recebeu Menção Honrosa Prêmio Celso Furtado 2012 – Ministério da Integração Nacional.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Projeto Educação em Meios de Privação de Liberdade

O PROEJAFIC Educação em Prisões em parcerias com DEPEN/SEDUC-RO/MEC/MJ, atendeu às populações privadas de liberdade com a elaboração e implantação do Plano Pedagógico do PROEJAFIC Penitenciária Federal de Porto Velho, capacitando 61 educadores e socioeducadores (docentes, técnicos, profissionais da educação ou da segurança pública e gestores) para atuarem na Educação em Prisões e beneficiando 76 internos da Penitenciária Federal de Porto Velho (PFPV). O projeto foi agraciado com o Prêmio Medalha Paulo Freire – Edição 2012 (Portaria nº 73, de 26 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 28 de dezembro de 2012).

Projeto Extensão Solidária

O Projeto Extensão Solidária promove o acesso e a permanência no âmbito educacional e prepara as pessoas para a inclusão produtiva de modo sustentável, respeitando cada ambiente, sua cultura, suas necessidades – APLs.

Além do atendimento ao projeto jequitibá o trailer educacional também atendeu as comunidades de Vilhena (Agrovia Renascer 45 famílias) e Cacoal (245 famílias, 25 agroindústrias e 10 associações).

PRONATEC – Bolsa Formação

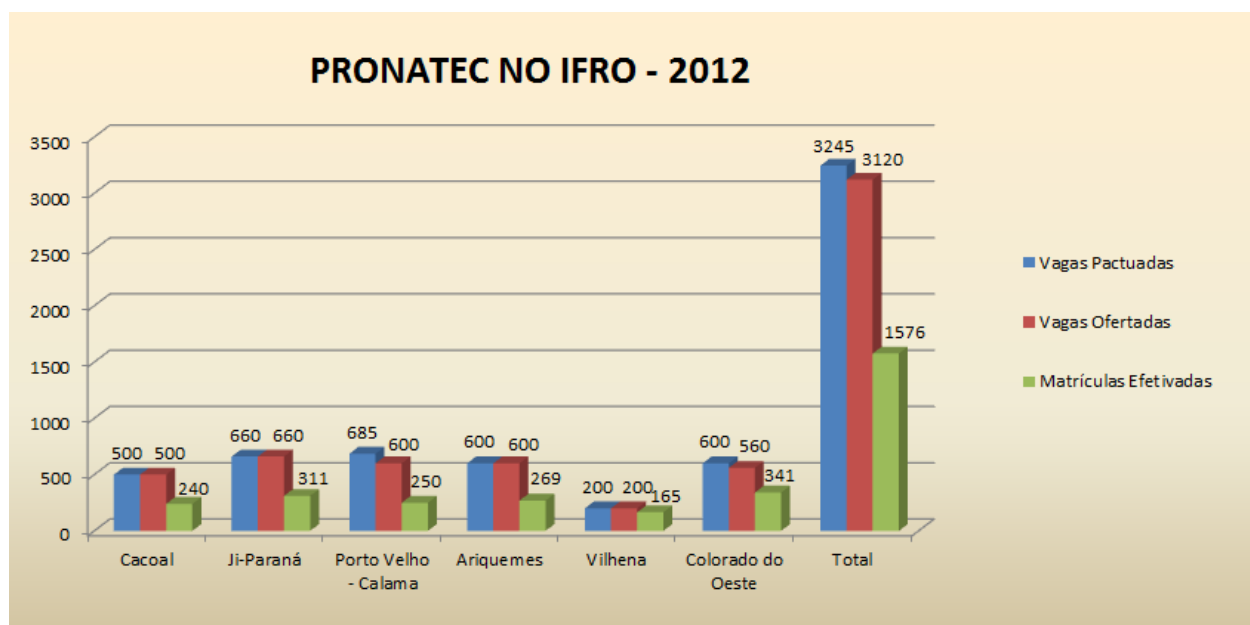
O IFRO assumiu o compromisso através do PRONATEC de atender a população de baixa renda em situação de vulnerabilidade social com a oferta de cursos na capital e interior do estado de Rondônia. Dessa maneira, a atuação do IFRO no PRONATEC tem sido de extrema importância.

Em 2012, o Programa foi desenvolvido nos *Campi* Porto Velho – Calama, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena e Colorado do Oeste, projetando para 2013 uma ampliação tanto de oferta de vagas como de locais de oferta de cursos, incluindo o *Campus* Porto Velho – Zona Norte e 2 (duas) Unidades Remotas vinculadas ao *Campus* Ariquemes: Machadinho do Oeste e Buritis.

A pactuação realizada pelo IFRO em 2012 foi de 3.325 vagas, sendo que os ajustes iniciais para a realização do Programa impactou na realização da meta, sendo possível atingir os números demonstrados no gráfico abaixo:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA



Vale destacar que no ano de 2012, o IFRO implantou o projeto piloto de oferta de cursos FIC PRONATEC para as Unidades Socioeducativas no município de Porto Velho, em atendimento ao Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), Secretaria de Direitos Humanos – Presidência da República (SDH/PR) com o curso FIC Auxiliar Administrativo. O objetivo para 2013 é expandir o atendimento para outras Unidades Socioeducativas tanto da capital quanto para o interior do Estado.

Programa Nacional Mulheres Mil – Inserido no Plano Brasil Sem Miséria

Em 2012, o IFRO ofertou 500 vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Cinco *Campi* ofereceram o Programa: *Campus Vilhena*, *Campus Colorado do Oeste*, *Campus Ji-Paraná*, *Campus Ariquemes* e *Campus Porto Velho*. Parcerias com EMATER/SEAGRI/MDA, SENAR, SEBRAE, Banco do Brasil, SENAC, SESI, CONACOBAN, JOCUM, Secretarias Municipais de Educação, Secretaria Estadual de Educação – SEDUC/RO.

O programa beneficiou 500 mulheres através da inclusão produtiva e elevação de escolaridade por meio do PROEJA – FIC ofertando os cursos nos eixos Tecnologia de Alimentos, Saúde, Gestão e Negócios, Meio Ambiente.

Vale ressaltar a participação do IFRO no PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO BAIXO – MÉDIO MADEIRA, que também foi atendido pelo programa Mulheres Mil em 17 comunidades envolvendo aproximadamente 2.500 pessoas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Programa de Apoio a Projetos de Extensão

Fomentou ações de extensão em atendimento a demanda da comunidade por meio de 12 (doze) projetos selecionados pelo Edital 67/2012/PROEX/IFRO; beneficiando 100 (cem famílias) e 2.221 (duas mil duzentas e vinte e uma pessoas).

O benefício aos envolvidos nos projetos ocorreu por meio do *Campus* Porto Velho (Projeto “Mulheres Mil a Mil”, Projeto “*Tchoukball*: o esporte de paz no IFRO”), *Campus* Porto Velho Zona Norte (Projeto “Vale do Rio Madeira: Cadê a água que tava aqui? A usina bebeu”), *Campus* Cacoal (Projeto “Um olhar ao novo código florestal”) e *Campus* Vilhena (Projeto “Pluralidade cultural: discutindo a diversidade no cotidiano escolar”, Projeto “Aprender a fazer em Física”, Projeto “Oficinas de Sensibilização para desenvolvimento do Programa de Extensão Solidária – PRONILO”, Projeto “Aulas de Reforço de Matemática”, Projeto “Alunos mil – Projeto de apoio ao Programa Mulheres Mil”, Projeto “I Jogos Internos IFRO/ *Campus* Vilhena”, Projeto “Identificação, manejo e controle de animais peçonhentos e venenosos em ambiente urbano”, Projeto “No ritmo do cordel – oficinas de leitura, dramatização e produção de cordel”).

Escola de Conselhos de Rondônia – IFRO

As ações desenvolvidas pelo Instituto Federal de Rondônia dialogam de forma efetiva com o Plano Nacional de Direitos Humanos III, Diretriz 8, Objetivo Estratégico II, que estabelece a criação das Escolas de Conselhos em todos estados da União e no Distrito Federal, “com vistas a apoiar a estruturação e qualificação da ação dos conselheiros tutelares e de direito” (PNDH III, Brasília: 2009, p. 79).

Aderindo a esse Plano Nacional de Direitos Humanos, o IFRO instalou no final de 2012 a Escola de Conselhos de Rondônia – IFRO, com objetivo de promover a formação inicial e continuada de 348 conselheiros tutelares e de direitos do Estado de Rondônia. (DOU 29/01/2013 – Seção3), em três polos: Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena.

A criação da Escola de Conselhos tem como parceiros: Ministério Público de Rondônia – CAOP da Infância e Juventude (MP/RO), Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Estado de Rondônia (ACTRON) Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (FEDCA), Associação Rondoniense dos Municípios (AROM), Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS), Conselho Estadual dos Direitos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

da Criança e do Adolescente (CONEDCA), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Relações Internacionais

No âmbito da dimensão internacional da Extensão, além da continuidade dos acordos internacionais já firmados, há também ações voltadas para a implementação do Programa Ciência sem Fronteiras, propiciando a mobilidade estudantil para o exterior através da instalação do Centro Aplicador IELTS no IFRO, parceria com o Conselho Britânico/MEC.

2.3.4 Gestão e Infraestrutura

Como autarquia da administração indireta, o IFRO possui autonomia administrativa e didático-pedagógica, com orçamentos individualizados para cada *campus* e Reitoria, ancorados em diretrizes institucionais sistêmicas. A estrutura multicampi possibilita a descentralização e a autonomia para os *Campi* na operacionalização de suas ações. Por conseguinte, adotamos um modelo de gestão democrática, participativa, colegiada e voltada para a cultura de excelência de resultados. As ações administrativas na sua maioria, possuem caráter sistêmico, a fim de se garantir a unidade e integração entre a Reitoria e os *campi*.

A seguir, elencamos as principais ações realizadas na área de gestão e infraestrutura:

Reorganização da estrutura organizacional dos *Campi* Cacoal e Porto Velho Zona Norte;

Deu-se continuidade à implantação da sistematização advinda do III Encontros dos Diretores de Planejamento e Administração dos *Campi* e Reitoria para sistematizar e integrar os processos de compras e contratações, bem como implementar medidas administrativas que privilegiem os princípios da transparência, economicidade, eficácia e efetividade;

Aquisição de equipamentos, mobiliário, acervo bibliográfico e de multimídia para equipar os laboratórios, salas ambientes e bibliotecas nas unidades do IFRO, salientando que os bens comuns foram prioritariamente adquiridos por meio de licitações conjuntas;

Aquisição de veículos para dar suporte à administração dos *Campi* Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Cacoal e Reitoria;

Apoio técnico e operacional ao Instituto Federal do Amazonas – IFAM na execução das seguintes obras do IFRO, que estão sob a responsabilidade daquele instituto: edificação da sede do *Campus* Porto Velho (a ser entregue em 2013), edificação do prédio da Agroindústria do *Campus*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Ariquemes (obra paralisada). A obra de reforma e ampliação do *Campus* Ariquemes, com conclusão prevista para o ano de 2013, foi licitada pelo IFAM, mas o contrato foi sub-rogado para o IFRO;

Realização de licitações de obras de construção, reforma e ampliação dos *Campi* Porto Velho Zona Norte, Guajará Mirim, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Colorado do Oeste e Vilhena;

Fiscalização da execução de obras nas unidades do IFRO;

Continuidade da implantação dos sistemas SIGA-ADM e SIGA-EDU;

Contratação de pessoal por meio de aproveitamento de concurso vigentes do Instituto (docentes e técnicos);

Elaboração, aprovação e implantação de valiosos marcos legais e instrumentos de gestão, a saber:

Resolução/CONSUP/IFRO nº 11/2012 – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna

Resolução/CONSUP/IFRO nº 23/2012 – Implantação do Conselho Escolar nos *Campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

Resolução/CONSUP/IFRO nº 28/2012 – Regulamento do Processo Eleitoral para escolha dos membros do Conselho Escolar dos *Campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

Resolução/CONSUP/IFRO nº 46/2012 – Estrutura Organizacional do IFRO – *Campi* Cacoal e Porto Velho Zona Norte.

Resolução/CONSUP/IFRO nº 51/2012 – Regulamento da Flexibilização da Jornada de Trabalho para os Servidores Técnico-Administrativos em Educação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

Ressaltamos que apesar dos obstáculos e dificuldades no decorrer do ano de 2012 a equipe de servidores não mediu esforços para a condução dos processos inerentes ao IFRO na busca dos resultados que beneficiaram a comunidade. Dentre as limitações enfrentadas elencamos: a) o curto prazo para realização de licitações (concorrências públicas) referente a obras tendo em vista que o grande volume dessas licitações foi proveniente de descentralizações da SETEC/MEC que só ocorreram no segundo semestre; b) atraso na entrega das construções e reformas dos *Campi* – (Instituto ainda em implantação); c) defasagem de pessoal apesar do ingresso de novos servidores, visto que as vagas ideais para cada campus e reitoria não tiveram sua liberação total pelo Ministério



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

do Planejamento; d) condições de infraestrutura para desenvolvimento das atividades da Reitoria, questão já elidida com a locação de novo imóvel para o funcionamento da mesma; e) quadro de funções gratificadas incompatível com o porte do Instituto; f) fracasso no provimento de cargo de professor para algumas áreas especializadas do ensino técnico por falta de candidatos, mesmo com ampla divulgação do concurso; g) o grande volume de servidores solicitando remoção dos *Campi* localizados no interior do Estado; h) o expressivo número de pedidos de exoneração de servidores que, após serem capacitados pelo IFRO, buscaram outros órgãos por causa dos baixos salários da categoria; i) a greve dos servidores federais (SINASEFE).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

A Estrutura de Governança do IFRO está representada pelo CONSUP, Colégio de Dirigentes, Auditoria Interna e em fase de implantação a CPA e o Comitê de Ética e Pesquisa.

O CONSUP, normatizado pelo Estatuto do IFRO, é o Órgão de caráter consultivo deliberativo que tem como finalidade aprovar as diretrizes para atuação do institucional e zelar pela execução de sua política educacional.

O Colégio de Dirigentes, instituído pelo Estatuto do IFRO, é o órgão de caráter consultivo de apoio ao processo decisório da Reitoria.

A Auditoria Interna, também normatizada pelo Estatuto do IFRO, é o órgão do controle interno responsável por assessorar a gestão e racionalizar as ações de controle bem como prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da instituição, aos órgãos do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal e ao TCU, respeitada a legislação pertinente.

A CPA, normatizada pela Resolução/CONSUP/IFRO nº 8/2011, tem por finalidade conduzir e sistematizar os processos de avaliação institucional segundo critérios estabelecidos pelo SINAES, abrangendo a realidade e as diferentes dimensões do IFRO, especialmente as expressas no PDI e no PPI.

O Comitê de Ética Pesquisa e Inovação, normatizado pela Resolução/CONSUP/IFRO nº 18/2011, tem como finalidade defender os interesses dos envolvidos na pesquisa quanto à integridade, proteção e tutela, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos preconizados pelo IFRO, sem prejuízos daqueles estatuídos pelas esferas governamentais competentes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

A análise da estrutura dos controles internos está disponibilizada nos anexos I a VIII.

3.3 Sistema de Correição

O Instituto não possui estrutura própria para o sistema de correição, utilizando para isso o sistema CGU PAD. Entretanto, a instituição foi liberada para o uso do mesmo no que se refere ao gerenciamento e cadastro de senha para servidores com o objetivo de inclusão de processos.

3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A Instituição não está em consonância com os preceitos contidos nos Arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU. Quando do treinamento realizado em Brasília para que os Institutos tivessem acesso ao Sistema, o IFRO enviou, em 2010, servidor para ser capacitado, porém ainda não foram regulamentados internamente os procedimentos para lançamento dos processos, o que deverá ocorrer neste exercício.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade do IFRO

Quadro 4.1.1 – AÇÃO: PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS

Identificação da Ação						
Código		0181				
Descrição		Pagamento de aposentadorias e pensões – servidores civis				
Iniciativa						
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26421				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
966.998,00	1.144.998,00	1.041.787,11	1.041.787,11	0,00	0,00	1.041.787,11
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pagamento de proventos	-	-	-	966.998,00	1.041.787,11

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Quadro 4.1.2 – AÇÃO: CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Identificação da Ação						
Código		09HB				
Descrição		Contribuição da União de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais				
Iniciativa						
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26421				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.599.991,00	4.959.074,00	4.959.074,00	4.959.074,00	0,00	0,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	3.599.991,00	4.959.074,00

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Quadro 4.1.3 – AÇÃO: ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES

Identificação da Ação						
Código		2004				
Descrição		Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes				
Iniciativa						
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26421				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
636.000,00	811.504,00	804.462,49	804.462,49	0,00	0,00	804.462,49
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assistência Médica e Odontológica	Pessoa beneficiada	558	558	636.000,00	804.462,49

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Quadro 4.1.4 – AÇÃO: ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS

Identificação da Ação						
Código		2010				
Descrição		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados				
Iniciativa						
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26421				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
60.000,00	86.684,00	80.784,22	80.784,22	0,00	0,00	80.784,22
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assistência Pré-Escolar	Criança atendida	76	102	60.000,00	80.784,22

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Quadro 4.1.5 – AÇÃO: AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

Identificação da Ação						
Código		2011				
Descrição		Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados				
Iniciativa						
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26421				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
168.000,00	168.000,00	115.200,53	115.200,53	0,00	0,00	115.200,53
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Auxílio Transporte	Servidor beneficiado	91	80	168.000,00	115.200,53

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Quadro 4.1.6 – AÇÃO: AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

Identificação da Ação						
Código		2012				
Descrição		Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados				
Iniciativa						
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26421				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.320.000,00	1.922,244,00	1.910.370,22	1.910.370,22	0,00	0,00	1.910.370,22
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Auxílio Alimentação	Servidor beneficiado	362	526	1.320.000,00	1.910.370,22

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Quadro 4.1.7 – AÇÃO: ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIÓDICOS

Identificação da Ação						
Código		20CW				
Descrição		Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos				
Iniciativa						
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26421				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
81.540,00	81.540,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Exames Periódicos	Servidor beneficiado	453	-	81.540,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Quadro 4.1.8 – AÇÃO: EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Identificação da Ação						
Código		20RG				
Descrição		Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Tecnológica				
Iniciativa		02A0 – Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.				
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26421				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.600.00,00	3.729.989,00	3.599.999,93	123.153,23	0,00	3.476.846,70	123.153,32
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Expansão e reestruturação	Unidade	2.400	1.200	3.729.989,00	123.153,23

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Quadro 4.1.9 – AÇÃO: PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO

Identificação da Ação						
Código		20TP				
Descrição		Pagamento de Pessoal Ativo da União				
Iniciativa						
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26421				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
20.297.948,00	28.347.948,00	28.211.402,63	28.211.402,63	0,00	0,00	28.211.402,63
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pagamento de Pessoal	-	-	-	20.297.948,00	28.211.402,63

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Quadro 4.1.10 – AÇÃO: ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Identificação da Ação						
Código		2994				
Descrição		Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa						
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26421				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.039.337,00	2.139.337,00	1.953.722,75	1.601.151,37	58.203,65	294.367,73	
1.542.947,72						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aluno assistido	Unidade	3.500	8.016	2.039.337,00	1.601.151,37

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Quadro 4.1.11 – AÇÃO: CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

Identificação da Ação						
Código		4572				
Descrição		Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação				
Iniciativa						
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26421				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
812.500,00	1.028.133,00	416.457,75	328.282,23	1.589,52	86.586,00	326.692,71
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor capacitado	Unidade	280	513	812.500,00	328.282,23

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Quadro 4.1.12 – AÇÃO: CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Identificação da Ação						
Código		6358				
Descrição		Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional				
Iniciativa						
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26421				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
426.770,00	605.661,00	238.738,66	159.832,67	5.606,39	73.299,60	
154.226,28						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa capacitada	Unidade	180	285	426.770,00	159.832,67

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Quadro 4.1.13 – AÇÃO: FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Identificação da Ação						
Código		20RL				
Descrição		Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa		02A0 – Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.				
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26421				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
29.315.112,00	30.269.802,00	29.205.962,83	15.067.094,64	352.897,64	13.785.970,55	14.714.197,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aluno matriculado	Unidade	5.000	8.016	29.019.717,00	14.714.197,00

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias do IFRO

Quadro 4.2.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – IFRO

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	26421	158148

4.2.2 Programação de Despesas

Os demonstrativos a seguir, nos subtópicos 4.2.2.1, 4.2.2.2 e 4.2.2.3, compreendem as informações sobre a programação orçamentária do IFRO, referentes à Programação de Despesas Correntes; Programação de Despesas de Capital e Resumo da Programação da Despesa e da Reserva de Contingência.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

4.2.3 Programação de Despesas Correntes

Quadro 4.2.2.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 – Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		24.864.937,00	11.201.384,00			20.113.307,00	16.121.702,00
	PLOA		24.864.937,00	11.201.384,00	0,00	0,00	20.113.307,00	16.121.702,00
	LOA		24.864.937,00	11.201.384,00	0,00	0,00	20.113.307,00	16.121.702,00
CRÉDITOS	Suplementares		9.587.083,00	16.190.839,00	0,00	0,00	1.538.585,00	3.563.534,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		0,00	-800.000,00	0,00	0,00	0,00	-695.028,00
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			34.452.020,00	26.592.223,00	0,00	0,00	21.651.892,00	18.990.208,00

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.4 Programação de Despesas de Capital

Quadro 4.2.2.2 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			4 – Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6 - Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		18.379.322,00	15.241.255,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PLOA		18.379.322,00	15.241.255,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	LOA		18.379.322,00	15.391.255,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS	Suplementares		845.050,00	1.366.694,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	6.345.511,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			25.569.883,00	16.757.949,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

4.2.5 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro 4.2.2.3 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA
RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	44.978.244,00	27.323.086,00	18.379.322,00	15.241.255,00	0,00	0,00
	PLOA	44.978.244,00	27.323.086,00	18.379.322,00	15.241.255,00	0,00	0,00
	LOA	44.978.244,00	27.323.086,00	18.379.322,00	15.391.255,00	0,00	0,00
CRÉDITOS	Suplementares	11.125.668,00	19.754.373,00	845.050,00	1.366.694,00	0,00	0,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	6.345.511,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados	0,00	1.495.028,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		56.103.912,00	45.582,43	25.569.883,00	16.757.949,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.6 Análise Crítica

A elaboração da proposta dos valores que constituíram a Programação Orçamentária a ser inserida no PLOA da União é constituída através de uma matriz Orçamentária que leva em consideração diversos fatores tais como: número de alunos, políticas de expansão, modalidades de cursos, tipos de campus por área, regimes de residência de discentes. Tais dados, extraídos diretamente do SISTEC, visam padronizar a elaboração da matriz orçamentária no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A referida Matriz trata inicialmente dos valores a serem propostos para as despesas com outros custeios e de capital. Já os valores estimados referentes ao pagamento de pessoal e encargos sociais foram calculados pelo Ministério do Planejamento e inseridos na Matriz de Programação Orçamentária.

A Programação Orçamentária de 2012, proposta pela UO, foi acatada no PLOA e acrescida de emenda parlamentar no valor de R\$ 600.000,00, resultando num montante de R\$ 63.357.566,00 aprovados na LOA.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Durante o exercício foram realizadas aberturas de créditos adicionais suplementares para o pagamento de pessoal no valor de R\$ 9.587.083,00 e para outras despesas correntes no montante de R\$ 1.538.585,00 para pagamento de benefícios. Para as despesas de capital ocorreu a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 845.050,00 e créditos especiais no total de R\$ 6.345.511,00 para aquisição de equipamentos e execução de obras, totalizando um acréscimo de R\$ 13.316.229,00, isto é, 28,91% na Programação Orçamentária finalizando num montante de R\$ 81.673.795,00.

4.2.7 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 4.2.3 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em
R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	158148	158341	4572	0,00	0,00	117.882,73
	Concedidos	158148	158342	4572	0,00	0,00	35.685,12
	Concedidos	158148	158343	4572	0,00	0,00	52.951,34
	Concedidos	158148	158345	4572	0,00	0,00	39.127,97
	Concedidos	158148	158376	4572	0,00	0,00	26.914,98
	Concedidos	158148	158341	20RL	0,00	0,00	2.241.237,49
	Concedidos	158148	158342	20RL	0,00	0,00	1.296.084,64
	Concedidos	158148	158343	20RL	0,00	0,00	2.129.079,10
	Concedidos	158148	158345	20RL	0,00	0,00	1.249.998,69
	Concedidos	158148	158376	20RL	0,00	0,00	1.925.488,77
	Concedidos	158148	158341	2994	0,00	0,00	605.379,66
	Concedidos	158148	158342	2994	0,00	0,00	68.138,60
	Concedidos	158148	158343	2994	0,00	0,00	606.373,02
	Concedidos	158148	158345	2994	0,00	0,00	125.664,25
	Concedidos	158148	158376	2994	0,00	0,00	237.026,69
	Concedidos	158148	158341	6358	0,00	0,00	5.625,06
	Concedidos	158148	158342	6358	0,00	0,00	33.236,00
	Concedidos	158148	158343	6358	0,00	0,00	71.583,61
	Concedidos	158148	158345	6358	0,00	0,00	59.461,01
	Concedidos	158148	158376	6358	0,00	0,00	24.412,36
	Recebidos	158341	158148	20RL	0,00	0,00	4.421,50
	Recebidos	158342	158148	20RL	0,00	0,00	395,21
	Recebidos	158343	158148	20RL	0,00	0,00	16.087,18
	Recebidos	158376	158148	20RL	0,00	0,00	28.970,75
Movimentação Externa	Concedidos	158148	158341	6380	0,00	0,00	74.598,74
	Concedidos	158148	158342	6380	0,00	0,00	14.484,01
	Concedidos	158148	158343	6380	0,00	0,00	32.766,50
	Concedidos	158148	158345	6380	0,00	0,00	64.707,63



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

	Recebidos	158148	158148	09HB	55.457,70	0,00	0,00
	Recebidos	158148	158148	20HN	0,00	0,00	18.795,92
	Recebidos	158148	158148	6380	0,00	0,00	9.214,05
	Recebidos	158376	158148	6380	0,00	0,00	1.353,07
	Recebidos	158148	158148	20RW	0,00	0,00	1.604.814,39
	Recebidos	158148	158148	8252	0,00	0,00	560.982,69
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	158148	158148	20RL	1.031.754,46	0,00	0,00
	Concedidos	158148	158341	20RL	1.860.132,93	0,00	0,00
	Concedidos	158148	158342	20RL	567.460,14	0,00	0,00
	Concedidos	158148	158343	20RL	895.823,42	0,00	0,00
	Concedidos	158148	158345	20RL	2.081.381,74	0,00	0,00
	Concedidos	158148	158376	20RL	347.427,80	0,00	0,00
	Recebidos	158341	158148	20RL	964.297,46	0,00	0,00
	Recebidos	158376	158148	20RL	67.457,00	0,00	0,00
Movimentação Externa	Concedidos	158345	158148	20RG	915.179,42	0,00	0,00
	Concedidos	158342	158148	20RG	22.119,60	0,00	0,00
	Concedidos	158345	158148	20RG	22.530,55	0,00	0,00
	Recebidos	158148	158148	8252	3.353.783,72	0,00	0,00
	Recebidos	158148	158148	20RG	17.883.214,07	0,00	0,00
	Recebidos	158148	158148	20RG	1.378.863,18	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.8 Execução Orçamentária da Despesa
4.2.9 Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.9.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro 4.2.4.1.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c)				
a) Tomada de Preços	515.644,46	0,00	515.644,46	0,00
b) Concorrência	2.406.160,98	4.549.222,86	2.394.950,44	4.271.043,96
c) Pregão	9.466.181,08	8.013.860,92	9.244.976,71	7.181.721,74
2. Contratações Diretas (d+e)				
d) Dispensa	1.669.404,37	1.226.377,28	1.550.989,98	1.195.713,13
e) Inexigibilidade	393.466,28	232.992,58	385.263,42	232.782,34
3. Regime de Execução Especial				
f) Suprimento de Fundos	10.900,97	10.373,03	10.900,97	10.373,03
4. Pagamento de Pessoal (g+h)				
g) Pagamento em Folha	37.172.624,50	25.447.942,03	37.172.624,50	25.447.942,03



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

h) Diárias	689.292,10	575.933,78	681.335,54	575.933,78
5. Outros	2.112.289,60	2.399.673,55	2.060.981,12	2.399.673,55
6. Total (1+2+3+4+5)	54.435.964,34	42.456.376,03	54.017.667,14	28.423.549,36

Fonte: SIAFI Gerencial



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

4.2.9.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro 4.2.4.1.2 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Vencimentos e Vantagens Fixas	27.078.478,74	20.421.674,87	27.078.478,74	20.421.674,87	0,00	0,00	27.078.478,74	20.421.674,87
Obrigações Patronais	5.147.837,73	3.862.673,32	5.147.837,73	3.862.673,32	0,00	0,00	5.147.837,73	3.862.673,32
Aposentadorias e Reformas	891.498,33	791.533,70	891.498,33	791.533,70	0,00	0,00	891.498,33	791.533,70
Demais elementos do grupo	1.094.448,94	372.060,14	1.094.448,94	372.060,14	0,00	0,00	1.094.448,94	372.060,14
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	6.363.937,04	3.727.426,13	4.345.074,17	2.651.184,31	2.018.862,87	1.076.241,82	4.169.030,45	2.614.614,11
Material de Consumo	4.031.911,49	2.848.397,66	1.984.958,02	1.685.967,54	2.046.953,47	1.162.430,12	1.917.027,02	1.648.822,04
Locação de Mão de Obra	3.258.147,95	2.823.220,08	2.801.424,53	2.585.199,88	456.723,42	238.020,20	2.794.905,53	2.252.543,21
Demais elementos do grupo	6.428.445,70	4.823.235,75	5.993.507,38	4.549.164,47	434.938,32	274.071,28	5.901.825,52	4.454.763,04
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Obras e Instalações	11.930.327,05	7.671.850,90	3.056.757,76	2.447.376,47	8.873.569,29	5.224.474,43	3.045.547,22	2.128.267,96
Equipamentos e Material Permanente	6.290.557,56	7.255.560,91	2.041.978,74	4.638.776,97	4.248.578,82	2.616.783,94	1.977.067,66	4.271.043,96
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	55.741,59	385.770,41	0,00	81.658,50	55.741,59	304.111,91	0,00	81.658,50
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Fonte: SIAFI Gerencial



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

4.2.10 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pelo IFRO por Movimentação

4.2.10.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 4.2.4.2.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO (A+B)				
a) Concorrência	374.058,09	0,00	369.344,22	0,00
b) Pregão	2.230.991,83	347.429,11	1.981.542,14	295.251,87
2. Contratações Diretas (c+d)				
c) Dispensa	2.422,70	11.172,20	2.422,70	11.172,20
d) Inexigibilidade	7.399,80	0,00	7.399,80	0,00
3. Regime de Execução Especial				
4. Pagamento de Pessoal (e+f)				
e) Pagamento em Folha	55.457,70	0,00	55.457,70	0,00
f) Diárias	34.688,90	13.393,35	31.267,21	13.393,35
5. Outros	1.540.480,09	301.479,00	1.436.380,09	301.479,00
6. Total (1+2+3+4+5)	4.245.499,11	673.473,66	3.883.813,86	621.296,42

Fonte: SIAFI Gerencial



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

4.2.10.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 4.2.4.2.2 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1 – Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Obrigações Patronais	55.457,70	0,00	55.457,70	0,00	0,00	0,00	55.457,70	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3 – Outras Despesas Correntes								
Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	857.816,28	249.000,00	786.599,20	0,00	71.217,08	249.000,00	786.599,20	0,00
Auxílio Financeiro a Estudantes	722.541,43	148.930,00	672.924,93	14.000,00	49.616,50	134.930,00	595.224,93	14.000,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	439.858,90	127.193,55	10.000,00	102.587,15	429.858,90	24.606,40	10.000,00	93.685,65
Outros elementos	425.122,10	835.407,75	217.941,61	265.011,23	207.180,49	570.396,52	129.589,93	263.074,53
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Obras e Instalações	17.198.374,20	0,00	374.058,09	0,00	16.824.316,11	0,00	369.344,22	0,00
Equipamentos e Material Permanente	5.517.486,78	5.278.365,36	2.128.517,58	291.875,28	3.288.969,20	4.986.490,08	1.937.597,88	250.536,24
5 – Inversões Financeiras								
6 – Amortização da Dívida								

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.10.1.3 Análise crítica

Na gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários não houve alterações significativas ocorridas no exercício, excetuando-se que houve um acréscimo de 28,91% à programação inicial não alterando a rotina do fluxo de execução no tocante às despesas com custeio e pessoal e, em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

relação às despesas de capital, possibilitou a melhoria significativa principalmente no tocante a obras de infraestrutura. Houve contingenciamento de 7,4% no custeio, advindo do Ministério do Planejamento em decorrência das políticas de desenvolvimento do país. Esse contingenciamento não afetou o desenvolvimento das ações programadas por nossa instituição. Como fator positivo destacamento um maior entrosamento entre os servidores responsáveis pela execução orçamentária e financeira da Reitoria e *Campi*, equipes de licitações e compras, explicitando o grande sucesso nas compras compartilhadas, bem como entre os setores de ensino, pesquisa e extensão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 5.1 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Valores em
R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	1.234.518,37	6.501,56	1.197.496,93	30.519,88
2010	65.393,63	46.596,80	1.837,70	16.959,13
2009	17.764,59	3.020,70	14.743,89	0,00
2008	1.359,16	0,00	0,00	1.359,16
2007	398,35	- 398,35	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	16.861.556,70	192.383,45	14.833.836,99	1.835.336,26
2010	709.234,61	106.234,73	238.014,05	364.985,83
2009	50.359,84	0,00	32.340,00	18.019,84

Fonte: SIAFI Gerencial

5.1.1 Análise Crítica

Ao longo do exercício de 2012, os valores pagos em relação ao montante inscrito em RP foi de 85,72%, caracterizando assim o percentual de cumprimento das obrigações assumidas por terceiros perante nossa instituição no fornecimento de bens e/ou prestação de serviços. Cabe-nos ressaltar que as pendências que persistem por mais de um exercício decorrem de atraso na entrega de produtos, documentação vencida de fornecedores, bem como de obras cujas execuções ultrapassam o ano de execução das mesmas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

5.2 Suprimento de Fundos

5.2.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.2.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro 5.2.1.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)

Valores em
R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo “B”	CPGF		
			Saque	Fatura	
158148	Reitoria			826,00	826,00
158341	Campus Colorado do Oeste			7.904,99	7.904,99
158342	Campus Vilhena			1.021,85	1.021,85
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF			9.752,84	9.752,84

Fonte: SIAFI / Gerenciador CPGF

5.2.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B"

Não houve ocorrência.

5.2.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro 5.2.1.3 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$
1,00

Código da UG 1	158148	Limite de Utilização da UG		10.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Ismaelson Costa de Moura	527.130.672-00	2.400,00		826,00	826,00
Total Utilizado pela UG				826,00	826,00
Código da UG 2	158341	Limite de Utilização da UG:		30.000,00	
Romualdo de Oliveira	318.208.591-34	10.000,00		5832,15	5832,15
Braz Manzoli	292.837.792-15	10.000,00		930,00	930,00
Rudiner Vez Oliveira	400.360.142-49	10.000,00		1.142,84	1.142,84
Total Utilizado pela UG				7.904,99	7.904,99



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Código da UG 3	158342	Limite de Utilização da UG:	20.000,00
Silvia Brandão Pereira	694.085.562-91	5.000,00	1.021,85
Total Utilizado pela UG			1.021,85
Total Utilizado pela UJ			9.752,84

Fonte: SIAFI / Gerenciador CPGF

5.2.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pelo IFRO

Quadro 5.2.1.4 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) Valores em R\$
1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	0	0,00	11	9.752,84	9.752,84
2011	-	-	1	495,00	13	10.757,50	11.525,50
2010	-	-	-	-	16	11.771,23	11.771,23

Fonte: SIAFI / Gerenciador CPGF

5.2.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 5.2.1.5 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
	Conta Tipo “B”						CPGF					
Situação	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	10	9.752,84	-	-	-	-

Fonte: Gerenciador CPGF



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

5.2.1.6 Análise Crítica

A utilização de recursos, por meio de suprimimento de fundos através do CPGF, é uma ferramenta essencial para resolução de pequenos problemas intempestivos, principalmente em se tratando de uma instituição que ainda se encontra em fase de implantação. A gestão procura assegurar-se do cumprimento da legislação concernente ao assunto quando de suas liberações, o que pode-se claramente perceber através da série histórica, onde se pode perceber que os valores decresceram, não obstante o aumento das demandas institucionais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição do IFRO

Quadro 6.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DO IFRO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	525	68	19
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	525	68	19
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		520	68	18
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		5		1
2. Servidores com Contratos Temporários		35	31	19
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		2		2
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	562	99	40

Fonte: SIAPE

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva do IFRO

Quadro 6.1.1.1 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DO IFRO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis) Exercício Provisório (Art. 84 da Lei nº 8.112/90)	2
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	4
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no País	4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	2
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	8

Fonte: SIAPE

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 6.1.2 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DO IFRO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	53	52	14	11
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	53	52	14	11
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	53	45	14	8
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		5		1
1.2.4. Sem Vínculo		2		2
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	132	112	46	52
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	132	112	46	52
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	185	164	60	63
---	-----	-----	----	----

Fonte: SIAPE

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal do IFRO Segundo a Idade

Quadro 6.1.2.1 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DO IFRO POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	165	218	127	35	9
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	150	207	121	34	8
1.3. Servidores com Contratos Temporários	15	11	6	1	1
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	6	2	1
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			6	2	1
2.3. Funções Gratificadas					
3. Totais (1+2)	165	218	133	37	10

Fonte: SIAPE

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal do IFRO Segundo a Escolaridade

Quadro 6.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DO IFRO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	1	4	90	113	222	107	17
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira			1	4	90	99	213	97	16
1.3. Servidores com Contratos Temporários						14	9	10	1
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0	3	1	2	1
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						3	1	2	1
2.3. Funções Gratificadas									
3. Totais (1+2)	0	0	1	4	90	116	223	109	18

LEGENDA

Nível de Escolaridade



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 – Não Classificada.

Fonte: SIAPE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal do IFRO

QUADRO 6.1.3 – CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2012, 2011 E 2010 (EM R\$ 1,00)

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2012	8.595.302,67		3.036.101,22	1.059.243,11	950.053,50	388.737,67	6.543.956,83	20.573.394,99
2011	3.838.261,83		1.380.046,01	481.474,14	431.842,50	176.698,94	2.974.525,83	8.937.357,76
2010	2.851.280,22		771.119,90	357.666,51	320.797,29	131.262,07	2.209.444,96	6.639.179,98
Servidores com Contratos Temporários								
2012	645.250,61		87.585,83	70,66				732.607,10
2011	86.092,09		8.514,11	9.058,28				103.691,93
2010	76.894,44		8.317,27	8.361,07	4.645,98			98.218,76
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2012	209.541,14		61.648,44	18.155,94		6.214,60	247.061,30	542.621,42
2011	182.209,69		53.607,34	15.787,77		5.404,00	214.835,91	471.844,71
2010	182.209,69		53.607,34	15.787,77		5.404,00	214.835,91	471.844,71
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2012	855.372,12	2.028.555,09	537.821,28	160.766,63	454.774,67	68.292,00	549.366,92	4.654.948,70
2011	570.248,08	1.352.370,06	358.547,52	107.177,75	303.183,11	45.528,00	366.244,61	3.113.299,13
2010	570.248,08	1.352.370,06	358.547,52	107.177,75	303.183,11	45.528,00	366.244,61	3.113.299,13
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2012	3.928.478,58	943.009,01	896.871,77	362.456,89	471.088,61	215.159,55	1.131.083,40	7.948.147,80
2011	1.827.199,34	438.608,84	417.149,66	168.584,60	219.110,98	100.074,21	526.085,30	3.696.811,40
2010	1.302.725,46	312.711,10	297.412,26	120.194,58	156.217,66	71.349,21	375.079,34	2.635.689,61



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos do IFRO Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO 6.1.1.1 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS –

SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	11	1
1.1 Voluntária	10	1
1.2 Compulsória	1	
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2. Proporcional	4	0
2.1 Voluntária	3	
2.2 Compulsória	1	
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	15	1

Fonte: SIAPE

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pelo IFRO

QUADRO 6.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	1	0
1.1. Integral	1	
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade	1	
3. Total (1+2)	2	0

Fonte: SIAPE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não houve ocorrência.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não houve ocorrência.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.

QUADRO 6.1.7.1.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	138	147	122	129
Concessão de aposentadoria	1	2		2
Concessão de pensão civil		1		
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	139	150	122	131

Fonte: SIAPE

QUADRO 6.1.7.1.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	33	37	30	32
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais	33	37	30	32

Fonte: SIAPE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

QUADRO 6.1.7.1.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	34	27	11	52
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total	34	27	11	52
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	7	9	6	8
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total	7	9	6	8

Fonte: SIAPE

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Não houve ocorrência.

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Não houve ocorrência.

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

O IFRO não dispõe ainda de indicadores gerenciais sobre Recurso Humanos. Entretanto, somos sabedores que, em nível ministerial (MEC), encontra-se em estudo a viabilidade de se implantar uma sistemática unificada para suas unidades estruturarem o desenvolvimento de seus indicadores de gestão, possibilitando à área de Gestão de Pessoas do IFRO dispor de informações quanto a esses indicadores.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não houve ocorrência.

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Não houve ocorrência.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não houve ocorrência.

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pelo IFRO

Quadro 6.2.4 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.													
UG/Gestão: 158148/26421							CNPJ: 10.817.343/0001-05						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	027/2009	00.984.730/0001-74	01/09/2009	30/11/2013	28	28	1	1			P
2009	L	O	028/2009	00.984.730/0001-74	01/09/2009	30/11/2013	31	31	1	1			P
2010	L	O	009/2010	00.984.730/0001-74	01/12/2010	31/05/2013	31	31	2	2			P
2011	V	O	017/2011	10.570.899/0001-31	01/08/2011	30/11/2012	04	04					E
2011	V	O	018/2011	10.570.899/0001-31	01/12/2011	30/11/2012	16	16					E
2011	V	O	019/2011	10.585.532/0001-91	01/12/2011	30/11/2013	04	04					P
2011	V	O	023/2011	10.570.899/001-31	01/12/2011	30/11/2012	06	06					E
2012	V	E	022/2012	84.649.136/0001-17	01/12/2012	01/04/2013			30	30			P
Observações: Os Contratos de vigilância ostensiva foram realizados pela Reitoria, porém, tiveram suas execuções descentralizadas para os Campi. A saber: Contrato 17/2011 – Campus Colorado do Oeste (4 func.); 18/2011 – Campi Porto Velho (6 func.), Ariquemes (4 func.) e Cacoal (6 func.); 19/2011 – Campus Ji-Paraná (4 func.) e 23/2011 – Campus Vilhena (6 func.).													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: PROPLAD

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 6.2.5 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia													
UG/Gestão: 158148/26421							CNPJ: 10.817.343/0001-05						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	11	O	13/2012	00.984.730/0001-74	1/6/2012	31/5/2013			3	3			A
Observações: Contratação realizada para atender a Reitoria e Campus Porto Velho.													
LEGENDA							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						
Área:							Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.						
1. Segurança;							Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						
2. Transportes;							Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: PROPLAD

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 6.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	-	-	-	-	-
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	-	-	-	-	-
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	1	-	-	-	253,75
3. Total (1+2)	1	-	-	-	253,75

Fonte: SIAFI Operacional



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

7.1.1 Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Reitoria

a) Legislação:

Leis: 9503/1997; 9.327/1996; 1.081/1950; 6.403/2008; Decreto: 6.403/2008; Instruções Normativas nºs 183, de 8/9/1986; 3, de 15/5/2008; 1, de 21/6/2007; 6, de 16/6/1997; 9, de 26/8/1994 e 1, de 5/3/2008

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades:

Proporcionar a agilidade e tempestividade na realização das atividades pedagógicas e administrativas da Reitoria e suporte aos *Campi* no tocante ao desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.

c) Quantidade de veículos em uso:

Veículos	Ano Fabricação	Ano Modelo	Grupo
VW/Uno Mille Economy	2010	2010	Veículos de serviços comuns
Fiat/Siena HLX Flex	2010	2010	Veículos de serviços comuns
Toyota/Corolla XEI 1.8	2009	2009	Veículos de representação
Hilux CD 4x4	2009	2010	Veículos de serviços comuns

d) Média anual de quilômetros rodados:

Veículo	Placa	Quilômetros rodados em 2012
VW/Uno Mille Economy	NBB 5521	11.319
Fiat/Siena HLX Flex	NBB 8571	17.708
Toyota/Corolla XEI 1.8	NCE 9340	12.083
Hilux CD 4x4	NDZ 7568	1.447
Total		42.557
Média		10.639

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

Veículo	Idade dos Veículos	Idade média dos Veículos
VW/Uno Mille Economy	34	35 MESES
Fiat/Siena HLX Flex	34	
Toyota/Corolla XEI 1.8	38	
Hilux CD 4x4	35	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

f) Custos associados à manutenção da frota:

Veículo	Placa	Custo com manutenção
VW/Uno Mille Economy	34	23.670,57
Fiat/Siena HLX Flex	34	
Toyota/Corolla XEI 1.8	38	
Hilux CD 4x4	35	
Total		
Média		5.917,64

g) Plano de substituição da frota:

Considerando a idade média da frota, não há plano de substituição.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

Face ao recebimento de créditos específicos para a aquisição de veículos e levando em consideração a utilização média em termos de quilômetros percorridos, consideramos ser a melhor opção para nossa Instituição.

i) Estrutura de controles para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

Sistema de controle através de planilha de gerenciamento de deslocamento, com controle de quilometragem percorrida e otimização de saídas visando à redução de despesas.

7.1.2 Frota de Veículos Automotores de Propriedade do *Campus* Ariquemes

a) Legislação:

Decreto nº 6.403/2008; Lei nº 9.503/1997; Lei nº 9.327/1996; IN nº 1/2008; IN nº 3/2008; IN nº 1/2007; IN/MARE nº 6/1997; IN/MARE nº 9/1994; Lei nº 1.081/1950, entre outros.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades:

O uso da frota é indispensável para desempenhar tanto as atividades administrativas quanto para auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Já que muitos são os deslocamentos, em especial para atender à área de compras e licitações, assistência ao educando, pesquisa e extensão e ao gabinete da Direção-Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

c) Quantidade de veículos em uso:

Veículo	Grupo
1 VW Gol 1.6 Power	Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.
1 Camionete Toyota Hilux CS	
1 Camionete Toyota Hilux CD	
1 ônibus 46 lugares VW Masca	
1 ônibus 45 lugares VW Comil Versatile	
1 ônibus 45 lugares VW 16.210 CO	
1 caminhão Ford Cargo 1317	
Total = 07 veículos	

d) Média anual de quilômetros rodados:

Veículo	Placa	Quantidade de Km rodado 2012
1 VW Gol 1.6 Power	NCJ-0748	33.313
1 Camionete Toyota Hilux CS	NCI-2311	40.051
1 Camionete Toyota Hilux CD	NCH-4948	4.179
1 ônibus 46 lugares VW Masca	NDW-6783	12.560
1 ônibus 45 lugares VW Comil Versatile	NDF-8107	11.447
1 ônibus 45 lugares VW 16.210 CO	NBC-8868	0.00
1 caminhão Ford Cargo 1317	OHL-9429	8.889
Total de km rodados		110.439
Média de Km rodados por grupo		15.777

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

Veículo	Tempo de uso Até 12/2012	Idade Média do Grupo
1 VW Gol 1.6 Power	31 meses	47,43 meses
1 Camionete Toyota Hilux CS	33 meses	
1 Camionete Toyota Hilux CD	33 meses	
1 ônibus 46 lugares VW Masca	35 meses	
1 ônibus 45 lugares VW Comil Versatile	29 meses	
1 ônibus 45 lugares VW 16.210 CO	160 meses	
1 caminhão Ford Cargo 1317	11 meses	

f) Custos associados à manutenção da frota:

Veículo	Placa	Custo com manutenção 2012
1 VW Gol 1.6 Power	NCJ-0748	9.739,08
1 Camionete Toyota Hilux CS	NCI-2311	7.094,91
1 Camionete Toyota Hilux CD	NCH-4948	0,00
1 ônibus 46 lugares VW Masca	NDW-6783	0,00
1 ônibus 45 lugares VW Comil Versatile	NDF-8107	0,00
1 ônibus 45 lugares VW 16.210 CO	NBC-8868	0,00
1 caminhão Ford Cargo 1317	OHL-9429	0,00
TOTAL		16.833,99



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

g) Plano de substituição da frota:

O Campus ainda não conta com plano de substituição elaborado por estar iniciando a frota, contando com veículos novos.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

O *Campus* não elaborou estudo para a escolha, já que não há prática da locação de veículos no âmbito do IFRO, mas considerou a dinâmica de uma unidade de ensino que precisa contar com veículo disponível em três períodos e em finais de semana dependendo da demanda.

i) Estrutura de controles de que o *Campus* dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

- Gestão da frota centralizada na Administração;
- Portaria 32, de 9/5/2011 que dispõe sobre o uso dos veículos;
- Solicitação de agendamento de veículos oficiais (formal), através de formulário padronizado de requisição com data, horário, local, objetivo dentre outras informações pertinentes;
- Formulário de Controle diário de quilometragem de veículos oficiais, com informação base para preenchimento dos formulários constantes da Instrução Normativa nº 03/2008;
- Agrupamento de atividades para reduzir as quantidades de saídas.

7.1.3 Frota de Veículos Automotores de Propriedade do *Campus* Cacoal

a) Legislação:

Decreto nº 6.403/2008; Lei nº 9.503/1997; Lei nº 9.327/1996; IN nº 1/2008; IN nº 3/2008; IN nº 1/2007; IN/MARE nº 6/1997; IN/MARE nº 9/1994; Lei nº 1.081/1950, entre outros.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades:

Atender os alunos nas visitas técnicas e nas ocorrências de saúde, bem como facilitar o contato pessoal dos educadores com outras instituições.

c) Quantidade de veículos em uso:

3 veículos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

d) Média anual de quilômetros rodados:

2.400 km.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

3 anos.

f) Custos associados à manutenção da frota:

Total Geral R\$ 28.109,30.

Valor médio por veículo R\$ 9.369,77.

g) Plano de substituição da frota

Não possuímos, pois nossa frota é relativamente nova.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

O *Campus* não elaborou estudo para a escolha, já que não há prática da locação de veículos no âmbito do IFRO, mas considerou a dinâmica de uma unidade de ensino que precisa contar com veículo disponível em três períodos e em finais de semana considerando a peculiaridade de ser um campus de cunho agrícola e possuir o sistema de residência para alunos.

i) Estrutura de controles de que o Campus dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Planilha de controle de utilização, quilometragem, manutenção e combustível.

7.1.4 Frota de Veículos Automotores de Propriedade do *Campus* Colorado do Oeste

a) Legislação:

Decreto nº 6.403/2008; Lei nº 9.503/1997; Lei nº 9.327/1996; IN nº 1/2008; IN nº 3/2008; IN nº 1/2007; IN/MARE nº 6/1997; IN/MARE nº 9/1994; Lei nº 1.081/1950, entre outros.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades:

Atender os alunos nas visitas técnicas e nas ocorrências de saúde, bem como facilitar o contato pessoal dos educadores com outras instituições.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

c) Quantidade de veículos em uso:

Veículos	Ano Fabricação	Ano Modelo	Grupo
Micro-ônibus	2007	2007	Veículos de serviços comuns
Caminhão	1995	1995	
Hilux	2009	2009	
Hilux	2009	2010	
Saveiro	2000	2001	
Zafira	2009	2009	
Honda CG Cargo	2000	2000	
Honda XLR	2002	2002	
Sundonw	2008	2008	
Sundonw	2008	2008	
Onibus	2008	2008	
Toyota Bandeirantes	2004	2005	
S10	2004	2005	
Ônibus	1996	1997	

d) Média anual de quilômetros rodados

Veículo	Placa	Quilômetros rodados em 2012
Micro-ônibus	NDB4242	10729
Caminhão	NBE7099	5896
Hilux	NDV5175	13598
Hilux	NED2189	34342
Saveiro	NBK7868	5461
Zafira	NED7703	12529
Honda CG Cargo	NBE7459	3132
Honda XLR	NBZ4279	3559
Sundonw	NED4903	1991
Sundonw	NED4633	2190
Onibus	NED2073	14613
Bandeirantes	JFO7924	679
S10	NBK7721	6636
Ônibus	NBK7879	5795
Total		121150
Média		8.653

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

Veículo	Idade dos Veículos	Idade média dos Veículos
Micro-ônibus	60	88,28
Caminhão	204	
Hilux	36	
Hilux	36	
Saveiro	144	
Zafira	36	
Honda CG Cargo	144	
Honda XLR	120	
Sundonw	48	
Sundonw	48	
Ônibus	48	
Toyota Bandeirantes	228	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

S10	96	
Ônibus	216	

f) Custos associados à manutenção da frota:

Veículo	Placa	Custo com manutenção
Micro-ônibus	NDB4242	13849,44
Caminhão	NBE7099	12147,17
Hilux	NDV5175	8661,37
Hilux	NED2189	18840,89
Saveiro	NBK7868	9582,26
Zafira	NED7703	57404,30
Honda CG Cargo	NBE7459	1492,28
Honda XLR	NBZ4279	1628,45
Sundonw	NED4903	2909,02
Sundonw	NED4633	3099,63
Ônibus	NED2073	35133,29
Bandeirantes	JFO7924	1725,35
S10	NBK7721	14194,87
Ônibus	NBK7879	9806,00
Total		190474,32
Média		13.605,30

g) Estrutura de controles de que o Campus dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

- Gestão da frota centralizada na Administração;
- Solicitação de agendamento de veículos oficiais (formal), através de formulário padronizado de requisição com data, horário, local, objetivo dentre outras informações pertinentes;
- Formulário de Controle diário de quilometragem de veículos oficiais, com informação base para preenchimento dos formulários constantes da Instrução Normativa nº 03/2008;
- Agrupamento de atividades para reduzir as quantidades de saídas.

7.1.5 Frota de Veículos Automotores de Propriedade do Campus Ji-Paraná

a) Legislação:

Decreto nº 6403/2008, Lei nº 9503/97, Lei nº 9327/96, IN nº 1/2008, IN nº 3/2008, IN nº 1/2007 entre outros. Os veículos são utilizados para transporte de servidores em missões institucionais, realização de serviços administrativos externos e transporte de alunos em atividades vinculadas ao ensino como visitas técnicas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades:

A frota é importantíssima na manutenção/realização das atividades institucionais (administrativas, pedagógicas, extensionistas e pesquisa).

c) Quantidade de veículos em uso:

Veículos serviços comuns;

2 camionetes;

1 ônibus tipo rodoviário;

1 micro-ônibus;

2 veículos passeio.

d) Média anual de quilômetros rodados:

Médias de km veículos oficiais:

Gol 10000 km; L200 10000 km (considerando ficou 2 meses oficina), Ranger 28000 km, Celta 2500 km, Ônibus rodoviário 16000 km, Micro ônibus 12000 km.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

Veículos serviços comuns: idade média de 3,5 anos

f) Custos associados à manutenção da frota:

A frota é administrada pela Coordenação de Serviços Gerais, até a implantação do setor de transportes, prevista para 2013, quando aumentará nosso quadro de técnicos administrativos. Os gastos com a frota foram os abaixo:

Combustível: R\$ 16772,99

Revisões: R\$ 21536,95

Seguros e Licenciamento: R\$ 15137,37

g) Plano de substituição da frota:

Não possuímos, pois a frota é relativamente nova.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

A aquisição não foi uma escolha, uma vez que o *Campus* recebeu como contrapartida da Prefeitura para implantação, um veículo passeio; da Reitoria, um veículo tipo camionete e recursos específicos para aquisição de ônibus, micro-ônibus e camionete. Não foi realizado, por parte desta Unidade, estudo minucioso da relação custo-benefício entre aquisição/locação.

i) Estrutura de controles de que o *Campus* dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

O setor de transporte ainda não foi implantando no *Campus*, cabendo ao serviço geral o controle através de formulários de quilometragem e adequação dos trajetos de maneira a otimizar as saídas dos veículos. São realizados agendamentos de viagens técnicas e outras atividades como visitas de assistência social

7.1.6 Frota de Veículos Automotores de Propriedade do Campus Porto Velho

a) Legislação:

Para o gerenciamento da frota do *Campus* Porto Velho, a Coordenação de Serviços Gerais tem por base a legislação vigente: Decreto nº 6.403/2008; Lei nº 9.503/1997; Lei nº 9.327/1996; IN nº 1/2008; IN nº 3/2008; IN nº 1/2007; IN/MARE nº 6/1997; IN/MARE nº 9/1994; Lei nº 1.081/1950, entre outros. Além dessa base legal como mecanismo de controle, acompanhamento e preservação do bem público, o *Campus* emitiu a Portaria nº 224, de 9/10/2012, que disciplina a gestão da frota oficial e aprova o Manual de Utilização dos Veículos Oficiais.

O *Campus* visando orientar aos condutores sobre a legislação que rege a utilização correta de veículos oficiais elaborou o folder “Informação é Prevenção” que é distribuído aos mesmos e disponibilizado eletronicamente a todos os servidores da unidade.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades:

O uso da frota é indispensável para desempenhar tanto as atividades administrativas quanto para auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Já que muitos são os deslocamentos, em especial para atender à área de compras e licitações e as áreas de pesquisa e extensão e ao Gabinete da Direção-Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

c) Quantidade de veículos em uso

Veículo	Grupo
1 Fiesta Sedan 1.6 Ford	Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008
1 Fiesta Sedan 1.6 Ford	
1 Camionete L-200 Triton	
1 micro-ônibus 32 lugares Volare	
Total = 04 veículos	

d) Média anual de quilômetros rodados:

Veículo	Placa	Quantidade de Km rodado 2012
1 Fiesta Sedan 1.6 Ford	NCY-8584	11.101
1 Fiesta Sedan 1.6 Ford	NCY-8754	10.505
1 Camionete L-200 Triton	NCV-7348	10.732
1 micro-ônibus 32 lugares Volare	OHR-2340	911
Total de km rodados		33.249
Média de Km rodados por grupo		8.312,25

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

Veículo	Tempo de uso Até 12/2012	Idade Média do Grupo
1 Fiesta sedan 1.6 Ford	19 meses	11,50 meses
1 Fiesta sedan 1.6 Ford	19 meses	
1 Camionete L-200 Triton	03 meses	
1 micro-ônibus 32 lugares Volare	05 meses	

f) Custos associados à manutenção da frota:

Veículo	Placa	Custo com manutenção 2012
1 Fiesta sedan 1.6 Ford	NCY-8584	8.777,39
1 Fiesta sedan 1.6 Ford	NCY-8754	5.707,36
1 Camionete L-200 Triton	NCV-7348	1.310,26
1 micro-ônibus 32 lugares Volare	OHR-2340	1.363,01

g) Plano de substituição da frota:

O *Campus* ainda não conta com plano de substituição elaborado por estar iniciando a frota, contando com veículos novos.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

O *Campus* não elaborou estudo para a escolha, já que não há prática da locação de veículos no âmbito do IFRO, mas considerou a dinâmica de uma unidade de ensino que precisa contar com veículo disponível em três períodos e em finais de semana dependendo da demanda.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

i) Estrutura de controles de que o *Campus* dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

- Gestão da frota centralizada na Coordenação de Serviços Gerais (CSG);
- Portaria nº 224, de 9/10/2012, que disciplina a gestão e orienta a utilização dos veículos;
- Solicitação de agendamento de veículos oficiais (formal), através de formulário padronizado de requisição com data, horário, local, objetivo dentre outras informações pertinentes;
- Registro de saída de veículo para acompanhamento da CSG (fixo na sala de apoio dos motoristas).
- Formulário de Controle Diário de Quilometragem de Veículos Oficiais, com informação base para preenchimento dos formulários constantes da Instrução Normativa nº 3/2008;
- Agrupamento de atividades para reduzir as quantidades de saídas.

7.1.7 Frota de Veículos Automotores de Propriedade do *Campus* Porto Velho Zona Norte

O *Campus* adquiriu um veículo que foi entregue no mês de novembro, não havendo, portanto nenhuma despesa para o mesmo até o final do exercício.

7.1.8 Frota de Veículos Automotores de Propriedade do *Campus* Vilhena

a) Legislação:

Lei nº 9503/1997; Lei nº 9.327/1996; Lei nº 1.081/1950; Lei nº 6.403/2008; Decreto nº 6.403/2008; Instruções Normativas nºs 183, de 8/9/1986; 3, de 15/5/2008; 1, de 21/6/2007; 6, de 16/6/1997; IN nº 9, de 26/8/1994 e 1, de 5/3/2008; Portarias Internas nºs 100, de 3/9/2012, e, 101, de 3/9/2012.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades:

Em face da necessidade de atender aos objetivos da Instituição, na manutenção das atividades administrativas, de ensino e pesquisa e extensão.

c) Quantidade de veículos em uso:

Veículos	Ano Fabricação	Ano Modelo	Grupo
VW/gol 1.6 power	2009	2010	Veículos de serviços comuns
Toyota Hilux CD 4x4	2009	2010	
Ônibus VW/Masc Roma	2011	2012	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

d) Média anual de quilômetros rodados

Veículo	Placa	Quilômetros rodados em 2012
VW/Gol 1.6 power	NCJ 0668	4988
Toyota Hilux CD 4x4	NCH4918	5895
Ônibus VW/Masc Roma	NBQ 9364	1624
Total		12507
Média		4169

e) Idade média da frota, por grupo de veículos

Veículo	Idade dos Veículos	Idade média dos Veículos
W/Gol 1.6 power	24	18,33 MESES
Toyota Hilux CD 4x4	24	
Ônibus VW/Masc Roma	7	

f) Custos associados à manutenção da frota

Veículo	Placa	Custo com manutenção
VW/Gol 1.6 power	NCJ 0668	464,64
Toyota Hilux CD 4x4	NCH4918	462,44
Ônibus VW/Masc Roma	NBQ 9364	453,47
Total		1.380,55
Média		460,18

g) Plano de substituição da frota:

Considerando a idade média da frota, não há plano de substituição da frota para o *Campus*.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

Devido a localização do *Campus* e a especificidade do órgão e atender diariamente as atividades relacionadas a ao ensino, pesquisa e extensão além das atividades administrativas.

i) Estrutura de controles de que o *Campus* dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

Normas internas que preveem a racionalização dos veículos oficiais, controle internos (saída, Km, abastecimentos, etc).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 7.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Porto Velho	2	2
	Ariquemes	1	1
	Ji-Paraná	1	1
	Cacoal	1	1
	Vilhena	1	1
	Colorado do Oeste	2	2
	Guajará-Mirim	1	0
Total Brasil		9	8

Fonte: Reitoria IFRO

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 7.2.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Porto Velho	1	1
Total Brasil		1	1

Fonte: Reitoria IFRO

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade do IFRO

Quadro 7.2.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DO IFRO

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158345		12						
158532		12	3					
158343	000700078.500-5	12	4	1.001.809,14	12/02/2006			
158343	000700034.500-5	12	5	982.538,34	26/12/2005			
158376		21	2				0,00	147.099,37
158342		21	1				16.772,59	1.050,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

158533		21	5				0,00	0,00
158341	002300060.500-9	21	3		29/09/2005	8.243.225,20		131.591,30
Total							16.772,59	279.740,67

Fonte: REITORIA/PROPLAD e SIAFI OPERACIONAL

Análise Crítica:

As Unidades que compõem o IFRO, são provenientes de doações de terreno por parte das Prefeituras cujas obras são de responsabilidade do Governo Federal: Porto Velho (em construção); Vilhena (obra concluída) e Guajará Mirim (em construção); o terreno para construção da Reitoria foi doado pelo Governo do Estado. Integram também as unidades que foram doadas já com infraestrutura, cujas reformas e ampliações são de responsabilidade do Governo Federal: Ji-Paraná (doada pelo Governo do Estado, em ampliação); Ariquemes (doada pela CEPLAC atualmente em reforma e ampliação); unidade dois de Porto Velho (doada pela FUNTEC, em ampliação); Cacoal (doada pela Prefeitura, atualmente em reforma e ampliação); já a unidade de Colorado do Oeste foi integrada em sua totalidade ao IFRO no ato da criação do Instituto.

Ressaltamos que todos os imóveis estão em fase de conclusão de dominialidade, e cadastramento no SPIUNet, aguardando a finalização das avaliações iniciadas pela GRPU, com prazo previsto para serem concluídas até setembro de 2013.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

O quadro referente às informações sobre a estrutura de governança corporativa e de TI está disponibilizado no anexo IX

8.2 Análise Crítica

No que concerne a Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento, a Instituição tem procurado atender as demandas sempre observando a legislação pertinente no intuito de cada vez mais oferecer à comunidade interna e externa serviços de qualidade e com a devida segurança. Para tanto tem feito investimento no parque tecnológico, na contratação de pessoal e serviços de terceiros.

Devido à fase de implantação, as equipes necessárias para o desenvolvimento das atividades de TI ainda são insuficientes, mesmo assim, têm desenvolvido e atuado na implantação de diversos sistemas dos quais a administração priorizou os que estão diretamente ligados a área fim do IFRO.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

As informações referentes à gestão ambiental e licitações sustentáveis estão disponibilizadas no anexo X.

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

A Instituição no exercício de 2012 não fez adesão a nenhum programa de gestão ligado à temática sustentabilidade ambiental, no entanto nos seus processos cotidiano tem adotado posturas que atendem algumas iniciativas da sustentabilidade gerando uma economia de gastos e uma conscientização por parte dos servidores e alunos, dentre as quais podemos citar o uso racional da água, a reutilização de papel, impressão frente/verso, privilegiar quando possível o uso de mídia digital e eletrônica, campanhas visando à redução do consumo de energia elétrica tanto na iluminação do ambiente, quanto no uso de equipamentos elétrico eletrônicos.

QUADRO 9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$
1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Não houve						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	6.031	4.517	2.822	61.080,05	48.032,20	32.047,52
Água	4.532	4.478	3.086	82.618,78	81.641,02	56.264,47
Energia Elétrica	2.212.313	1.791.195	891.590	1.548.005,43	1.097.656,86	451.916,13
			Total	1.691.704,26	1.227.330,08	540.228,12

Fonte: SIAFI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

As informações referentes a gestão ambiental e licitações sustentáveis estão disponibilizadas no anexo XI.

10.1.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

As informações referentes a gestão ambiental e licitações sustentáveis estão disponibilizadas no anexo XII.

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna está vinculada ao Conselho Superior. A sua atuação, no âmbito do IFRO, está regulamentado pelo Art. nº 80, Inciso I, II,III,IV,V,VI,VII,VIII,IX,X do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, aprovado pela Resolução nº 21/CONSUP/IFRO, de 21 de junho de 2011. Informamos que não houve a efetiva atuação da auditoria interna, tendo em vista a falta de servidor designado para atuar na Auditoria Interna. Ressaltamos que foram observadas as áreas correspondentes no PAINT – Plano Anual das Atividades da Auditoria Interna, aprovado no Exercício de 2011, para ser aplicado durante o Exercício de 2012 na execução dos atos administrativos, além de atender as orientações da Procuradoria Jurídica da Instituição em observância aos princípios que versam sobre a administração pública. Informamos que, para o Exercício de 2013, já foram tomadas as providências cabíveis quanto à designação do Auditor Interno, conforme preceitua o Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 10.3.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores do IFRO, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	60	63	164
	Entregaram a DBR	60	63	164
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP

Após a entrada em vigor da Instrução Normativa nº 67/2011, do Tribunal de Contas da União, todos os servidores são informados sobre a possibilidade dos mesmos autorizarem a Instituição a acessar os dados de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda junto à Receita Federal do Brasil, através do preenchimento do formulário de Autorização de Acesso às Declarações de Ajuste Anual de Imposto de Renda Pessoa Física.

Os referidos formulários de autorização, após preenchidos são entregues na Diretoria de Gestão de Pessoas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

10.4 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO 10.4 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Ana Cristina do Nascimento, CPF nº 001.186.592-00, Coordenadora de Contratos e Convênios, exercido na Reitoria declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o Art. nº 19, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Porto Velho, 20 de março de 2013.

Ana Cristina do Nascimento

001.186.592-00

Coordenadora de Contratos e Convênios



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Não obstante a obrigatoriedade das atualizações patrimoniais e financeiras dos bens móveis e imóveis pertencentes a nossa Unidade Orçamentária no que se refere à depreciação, amortização, exaustão e mensuração, todo patrimônio encontra-se efetivamente registrado no SIAFI, aguardando somente a implantação do SUAP para os devidos cálculos e atualização dos valores. Ressaltamos a necessidade de finalização da implantação do sistema, uma vez que manualmente realizar a aplicação em todo patrimônio da instituição torna-se um processo moroso de forma que não atingiremos em tempo hábil a realização dos ajustes necessários, considerando o volume de bens adquiridos.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração com Ressalva

QUADRO 11.2.1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da Gestão
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.	26421
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, consolidado conforme declarações dos contadores dos <i>Campi</i> , informo que os demonstrativos de Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão sendo disponibilizados no SIAFI, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:	
a) Ativo Não Financeiro – estoques : os saldos da conta Estoques, subgrupo Bens em Circulação, grupo Ativo Não Financeiro:	
Unidades Gestoras 158148 (Reitoria), 158341 (<i>Campus</i> Colorado Oeste) e 158376 (<i>Campus</i> Ji-Paraná) – não refletem corretamente a situação dos estoques de material de consumo no almoxarifado, devido à falta de um sistema de controle que auxilie na avaliação patrimonial pelo preço médio ponderado conforme preceitua a Lei nº 4.320/64 em seu Art. nº 106, inciso III.	
b) Ativo Permanente – bens móveis e imóveis : os saldos da conta Bens Móveis e Imóveis, subgrupo	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Permanente, grupo Ativo Não Financeiro:

- Unidades Gestoras 158148 (Reitoria), 158341 (*Campus* Colorado Oeste) e 158376 (*Campus* Ji-Paraná) – não refletem corretamente a situação patrimonial devido à falta de um sistema de controle de lançamentos das movimentações dos bens móveis, comprometendo a conciliação contábil com o Relatório Mensal dos Bens Móveis.
 - Unidades Gestoras 158148 (Reitoria) e 158342 (*Campus* Vilhena) – possui bens imóveis em fase conclusão e registro no Sistema de Controle Patrimonial da União – SpiuNet.
- c) **Depreciação, Amortização e Exaustão:** Os saldos da conta Depreciação, Amortização e Exaustão, subgrupo Permanente, grupo Ativo Não Financeiro:
- Unidades Gestoras 158148 (Reitoria), 158341 (*Campus* Colorado Oeste), 158342 (*Campus* Vilhena) e 158376 (*Campus* Ji-Paraná) – não refletem corretamente a situação patrimonial, devido não realização dos procedimentos de depreciação conforme a macro função SIAFI 02.03.30, face a não conclusão dos trabalhos de implantação de sistema de controle informatizado de gestão patrimonial.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Porto Velho – Rondônia	Data	20/3/2013
Contador Responsável	Welber de Carvalho Batista	CRC nº	MT 011646/0-3

12. INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET

12.1 Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005

QUADRO 12.1 – RESULTADOS DOS INDICADORES – ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios		
			2012	2011	2010
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Nº de Candidatos / Nº Vagas	2,41	2,97	2,69
	Relação Ingressos/Aluno	Nº de Ingressantes / Nº Total de Matriculados	51,8	64,07	43,34
	Relação Concluintes/Aluno	Nº de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Nº Total de Matriculados	3,8	3,53	5,21
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	Nº de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Nº de Matriculados Finalizados	18,6	5,48	12,02
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Nº Total de Retidos / Nº Total de Matriculados	16,1	1,76	3,97
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Nº Alunos Matriculados / Nº Docentes	32,57	25,33	17,48
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Gastos correntes / Total de matriculados	5.482,86	6.855,27	7.880,92
	Percentual de Gastos com Pessoal	(Gastos com pessoal * 100) / Gastos totais	47,45	53,46	62,95
	Percentual de Gastos com outros Custeios	(Gastos com outros custeios * 100) / Gastos totais	21,55	18,69	86,04
	Percentual de Gastos com Investimentos	((Gastos com investimentos + Gastos com inversões financeiras) * 100) / Gastos totais	26,96	27,85	9,49
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	RFPC < 0,5 SM	1.424	0	
		0,5 <= RFPC < 1,0 SM	653	218	
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	1,0 <= RFPC < 1,5 SM	326	0	
		1,5 <= RFPC < 2,0 SM	107	510	
		2,0 <= RFPC < 2,5 SM	69	0	
		2,5 <= RFPC < 3,0 SM	19	453	
		3,0 >= RFPC	4.495	4.469	
		((Qtde de docentes graduados * 1) + (Qtde de doc aperfeiçoados * 2) + (Qtde de doc especialistas * 3) + (Qtde de doc mestres * 4) + (Qtde de doc doutores * 5)) / (Qtde de doc graduados + Qtde de doc aperfeiçoados + Qtde de doc especialistas + Qtde de doc mestres + Qtde de doc doutores)	2,52	2,97	3,10

12.2 Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das IFET

Nos anos de 2010 a 2012, a relação entre o número de candidatos e o número de vagas expressa uma proporção baixa, de 2,41 a 2,69, em razão do pouco tempo de existência da instituição, ainda em fase de consolidação, e da grande quantidade de vagas ofertadas: em 2012, foram abertas 3.560.

O ano de 2011 foi o período em que houve mais ingressantes em relação ao volume de matriculados porque se trata da fase de maior expansão do IFRO, em que a maioria dos cursos entrou em funcionamento. Em razão disso, o índice de “concluídos e integralizados na fase escolar” mostra-se em queda justamente porque, em se tratando de cursos implantados há pouco tempo, ainda existem muitos alunos que não integralizaram os cursos no tempo mínimo (4 anos para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio); o índice é maior em 2010 em razão de haver alunos em formação desde antes da criação do IFRO, matriculados na extinta Escola Agrotécnica, convertida em *Campus*.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

O “índice de eficiência acadêmica” foi menor em 2011 porque em 2010 houve pouco ingresso, já que nem todos os *Campi* estavam em funcionamento e muitos cursos não puderam ser integralizados no período. O índice de retenção foi maior em 2012, no comparativo com os anos anteriores, porque muito mais alunos integralizaram o currículo neste ano do que nos anteriores.

A relação entre alunos e docentes em tempo integral revela um progressivo aumento da quantidade de alunos por professor. O resultado decorre da falta de equilíbrio entre a expansão de vagas nos cursos, que em 2012 chegou a mais de 7 mil matriculados, e a restrição de vagas para a docência, cujo incremento ocorreu somente em março de 2013, com a abertura de novo edital de concurso.

Para a apuração dos gastos correntes por aluno levamos em consideração o total gasto em despesas correntes divididos pelo total de alunos matriculados. Assim, para o Exercício de 2012 o gasto corrente por aluno foi de R\$ 5.482,86. Em relação ao Exercício de 2011 obtivemos uma redução no gasto corrente por aluno em 20%, mesmo considerando o acréscimo 26,25% no total de matrículas em 2012.

O percentual de gastos com pessoal demonstra o total aplicado na remuneração de servidores em relação aos gastos totais da nossa instituição, ou seja, de todo o montante aplicado no Exercício de 2012 47,45% foi destinado ao custeio das despesas com pessoal (servidores docentes e técnicos administrativos), que em relação ao exercício anterior percebe-se uma considerável redução em seus gastos.

Os índices apresentados em relação ao percentual de gastos com outros custeios demonstra o total aplicado no desenvolvimento das atividades voltadas ao ensino, pesquisa e extensão. Para o cálculo do referido percentual se aplica a divisão entre os gastos com outros custeios e o total aplicado no exercício. Desta forma chegamos a conclusão de que 21,55% do valor total aplicado em 2012 foi gasto com as despesas relativas a outros custeios. Em relação ao ano anterior tivemos um aumento de 15,30% nas despesas enquanto que o acréscimo do número de alunos foi de 26,25%.

Quanto aos gastos com investimentos, podemos perceber que a instituição continuou com a aplicação de recursos em investimentos num montante de 26,96% do valor total do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

orçamento, isto quer dizer que as aplicações em obras e equipamentos continuaram num volume significativo para atender as demandas voltadas a manutenção e desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, para tanto podemos perceber que a diferença dos valores aplicados foram de apenas 3,2% a menor em relação ao exercício de 2011.

Em relação ao numero de alunos classificados de acordo com a renda per capita, cujo objetivo do indicador é aferir o grau de inclusão social da política governamental para a área de educação profissional e tecnológica, os valores distribuídos foram classificados conforme declarações apresentadas no ato da matrícula. No quadro apresentado, as matrículas que não tiveram confirmação do valor real da renda familiar, foram classificados automaticamente como $\geq 3,0$. Para o exercício de 2013, já estão sendo tomadas todas as providências para que essa informação conste do ato da matricula de todos os alunos do IFRO.

No indicador que faz referência à titulação do corpo docente, percebe-se uma queda de 15,15% em relação ao exercício de 2011. Isto deve-se ao fato das transferências e pedidos de exoneração por parte dos docentes titulados como mestres e doutores.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.

13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pelo IFRO

Após a leitura atenta das ações realizadas pelo IFRO no exercício, tendo como foco principal o atingimento de suas metas finalísticas sem perder de vista o atendimento aos preceitos legais, pode-se perceber claramente a mobilização e engajamento da equipe gestora e da comunidade acadêmica com vistas ao fortalecimento institucional.

Mesmo considerando a fase embrionária em que se encontra o IFRO, em plena fase de implantação, e ainda o movimento grevista dos servidores públicos federais que paralisou as atividades acadêmicas em 3 *Campi* e Reitoria, obtivemos realizações consideráveis, dentre elas, convém mencionar:

- a) Superação da meta de matrículas efetivas, de 5.000 para 8.016 alunos;
- b) Aumento da meta do Programa Assistência Estudantil, cujo atendimento saltou de 3.500 para 8.016 alunos;
- c) Superação da meta do Programa de Capacitação dos Servidores (PAC) de 460 para 798 servidores. Registre-se ainda, que foram investidos menos recursos financeiros do que o previsto, uma vez que contamos com a parceria da Enap;
- d) Execução de quase 100% do orçamento, mesmo com a totalidade dos servidores da Comissão de Licitação em greve durante quase três meses;
- e) Aumento do PLOA do exercício. Inicial: 63.357.566,00. Final: 81.673.795,00. Acréscimo de 29%, com percentual significativo de verba de capital, fundamental para o projeto de expansão e reestruturação das unidades;
- f) Implantação de um Mestrado, em convênio com a UFRRJ e IFAC, financiado pela SETEC, para atender 18 servidores do IFRO;
- g) Êxito nos concursos públicos para provimento e ampliação do quadro de pessoal, embora ainda insuficiente para atender às demandas das unidades;
- h) Ampliação da titulação dos servidores;
- i) Ampliação dos Cursos de Formação Inicial e Continuada de jovens e trabalhadores, principalmente através do PRONATEC;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

j) Ampliação dos polos de Educação a Distância.

Destacamos ainda o grande avanço nas ações de Pesquisa e Inovação que vem criando uma cultura dentro da Instituição colocando os alunos no caminho das descobertas tecnológicas inovadoras, bem como a extensão através dos diversos programas que vem se solidificando atendendo as políticas governamentais e tornando realidade o acesso da comunidade de baixa renda a serem qualificados para o mundo do trabalho e certificação dos saberes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

ANEXO I – Avaliação do Sistema de Controles Internos do IFRO – REITORIA

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16.	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica: A Alta Administração é regido pelo Código de Conduta/Ética da Presidência da República e gradativamente sendo implantado no IFRO, apesar de ainda não termos o próprio código de conduta, as ações referentes a comunicação e ao controle observam a legislação vigente e usa de mecanismos diversos para que se proceda a efetiva comunicação entre setores, servidores e comunidade, tais como: e-mail institucional, site, correspondência oficial, boletim de serviço, informativos, etc. Há de se observar que as ações impactantes do IFRO são descentralizadas na sua maioria através de delegação de competências, contribuindo assim para obtenção de melhores resultados daquilo que se foi planejado.					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

**ANEXO II – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DO IFRO –
CAMPUS ARIQUEMES**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS							VALORES				
Ambiente de Controle							1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.								X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.								X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.								X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.											X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.										X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.								X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.										X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.								X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.										X	
Avaliação de Risco							1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.										X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.								X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.								X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.									X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.										X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.								X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.										X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.								X			
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.											X
Procedimentos de Controle							1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.								X			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica: O controle dos atos e processos administrativos é de grande importância para a avaliação do desempenho e desenvolvimento da organização frente as metas e objetivos propostos. No que tange ao controle interno no âmbito do IFRO, trate-se de um setor com lotação de servidor(es) responsáveis na Reitoria, que atende a todos os campi em relação as auditorias. Deste modo, as atividades de controle no <i>Campus</i> Ariquemes são realizadas na forma de acompanhamento e padronização dos processos, criação de formulários, fiscalização dos contratos, acompanhamento das entregas de material, dentre outros.					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

**ANEXO III – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DO IFRO –
CAMPUS CACOAL**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS							VALORES				
Ambiente de Controle							1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.										x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.								x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.								x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.								x			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.								x			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.											x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.										x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.								x			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.										x	
Avaliação de Risco							1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.										x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.								x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.								x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.								x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.								x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.								x			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.									x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.											x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.								x			
Procedimentos de Controle							1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.								x			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		x			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		x			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		x			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise Crítica:					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

**ANEXO IV – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DO IFRO –
CAMPUS COLORADO DO OESTE**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS							VALORES				
Ambiente de Controle							1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.								X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.								X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.								X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.											X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.								X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.										X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.										X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.										X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.									X		
Avaliação de Risco							1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.											X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.										X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.										X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.										X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.										X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.										X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.								X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.											X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.										X	
Procedimentos de Controle							1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.										X	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica: O sistema de Controle Interno teve como pontos positivos o acompanhamento pessoal de cada servidor envolvido nos trâmites processuais de forma individualizada, e ainda nas ocorrências de fraudes e desvios a instauração de sindicância para apurar responsabilidades. Como ponto negativo podemos destacar o fato de ainda não estar implantado a Coordenação de Avaliação e Controle Interno para cumprir todas as formalidades quanto ao suporte básico dos trâmites legais a fim de que quaisquer falhas sejam corrigidas tempestivamente.					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

**ANEXO V – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DO IFRO –
CAMPUS JI-PARANÁ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			x		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			x		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		x			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	x				
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		x			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	x				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	x				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				x	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
Análise Crítica: O controle é essencial para avaliação e aprimoramento do desempenho institucional. No entanto, as ações de controle estão, formalmente, centradas na Reitoria, através da Auditoria Interna. As atividades de controle em nível de <i>Campus</i> são realizadas através da padronização de rotinas por meio de formulários, instruções, acompanhamento das contratações.					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

**ANEXO VI – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DO IFRO –
CAMPUS PORTO VELHO**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Análise Crítica:

Ambiente de controle: Embora a alta administração perceba o controle como item essencial, o suporte ainda não é satisfatório, já que algumas decisões fogem à alçada do *Campus* fixando-se em nível de órgão. O código de conduta/ética é um dos mecanismos que deve ser elaborado para o IFRO, sendo aguardado pelo *Campus*.

Os mecanismos inseridos em nível de *Campus* são percebidos pelos servidores, pois cada ato/fato que influa em controle e acompanhamento de ações é divulgado por meio do e-mail institucional dos servidores/setores e murais.

A comunicação geral no *Campus* é efetuada por meio do correio eletrônico institucional, sendo divulgados os atos e fatos de gestão (portarias, orientações normativas, prestação de contas mensal, avisos, convocações, etc.) e por meio dos quadros de avisos. Além da comunicação oficial (memorando, requerimentos, despachos, etc.).

O *Campus* por ser uma unidade nova está gradativamente elaborando seus documentos de instruções operacionais, já contando com diversos formulários, portarias, manuais, etc., mas tendo ainda procedimentos a elaborar e documentar, já que por trabalhar com ensino, pesquisa e extensão, muitos são os temas. Via de regra, os documentos que definem os rumos da instituição e impactam na atuação dos servidores são construídos coletivamente, com abertura a participação com sugestões.

As competências da autoridade máxima da unidade estão bem definidas por meio da Portaria nº 105, de 17/02/2012, emitida pelo Reitor. Internamente não houve delegação de competência.

Em relação à segregação de função, o *Campus* tem envidado seus esforços para que seja adequada. No entanto, o número reduzido de servidores para atuar na área administrativa torna-se um empecilho para que possamos afirmar que o critério é totalmente válido.

De forma geral os controles inseridos contribuem para o alcance dos resultados, pois muito embora as questões de controle não sejam bem entendidas pela comunidade, é um mecanismo de apoio às atividades, já que toda instituição precisa de um mínimo de organização para atuar e cumprir sua missão.

Avaliação de riscos: os objetivos e metas na unidade além de integrarem o PDI e Plano de Metas do IFRO, são anualmente definidos no Plano de Ação que é submetido à autoridade máxima do órgão para aprovação.

A unidade identifica claramente como fatores de riscos para a consecução de seus objetivos e metas, o número reduzido da força de trabalho, o orçamento anual limitado, a pouca experiência da maioria dos servidores, a limitação provisória do espaço físico, o desinteresse dos fornecedores em apresentar propostas prévias aos certames, o que os torna morosos, dificultando as ações que deles dependem.

No *Campus* não se identificou qualquer ocorrência de fraudes e desvios, não requerendo apuração de responsabilidades, mas enfrentamos certa fragilidade no controle dos bens por estarmos em prédio provisório, de espaço reduzido, necessitando fazer diversas mudanças de ambientes e necessitando adquirir bens para a sede, cuja obra atrasou, ocasionando que tenhamos muitos bens adquiridos sem amplo espaço para armazenar. Atrelado a isso, não contamos com sistema informatizado disponibilizado para controle de bens e estoque e temos material pronto para desfazimento, necessitando de posicionamento da Reitoria. Esses pontos torna muito frágil o controle, podendo ocasionar pequenas perdas, já que é humanamente difícil fazer o controle de tantos materiais manualmente, sem um sistema informatizado.

Para auxiliar as atividades de controle foi emitida a Portaria nº 59, de 27 de março de 2012, que disciplina o Controle Patrimonial do *Campus* Porto Velho – Calama.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Procedimentos de controle: as atividades de controle ainda são reduzidas, o que deve melhorar com a implantação da Coordenação de Avaliação e Controle Interno, constante da estrutura do *Campus*, mas não em funcionamento por falta de servidor. No entanto, crê-se que as atividades que o *Campus* vem desenvolvendo mostram-se razoáveis e estão diretamente ligadas aos objetivos de controle.

Informação e comunicação: o processo utilizado no *Campus* permite que a informação perpassasse todos os níveis, atinja os diversos grupos e tem se mostrado apropriada e tempestiva.

Monitoramento: considerando ser o primeiro exercício como unidade executora ainda não se conseguiu estabelecer atividades de monitoramento, nem se passou por avaliação. A unidade considera que suas pequenas atividades de controle contribuem para o desempenho de sua missão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

ANEXO VII – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DO IFRO
– CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica:					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

**ANEXO VIII – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DO IFRO
– CAMPUS VILHENA**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	x				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	x				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		x			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	x				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	x				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	x				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	x				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		

Análise Crítica:

Ambiente de Controle: O controle é visto como essencial, mas partindo da estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO que ainda está em fase de implementação, há naturalmente necessidades de implementação/ajustes.

Os mecanismos de controle instituído pela Unidade Jurisdicionada são percebidos por todos servidores, pois em atendimento ao princípio da publicidade e transparência, os atos são publicados nos murais, na Imprensa Oficial quando necessário, além de ampla divulgação em reuniões periódicas envio pelo e-mail Institucional.

A comunicação dentro da UJ é adequada e suficiente, sendo utilizados diversos mecanismos, como a publicação dos atos da gestão, além do uso do site/correio eletrônico Institucional e reuniões periódicas, além da divulgação no Momento Cívico que ocorre uma vez por semana nos dois turnos, matutino e vespertino.

Não existe Código formalizado de ética ou de conduta no âmbito do IFRO/Campus.

Os procedimentos e instruções operacionais não se encontram em níveis satisfatórios de formalização e padronização, porque faltam manuais de rotinas/procedimentos claramente determinados, que considerem as funções de todos os setores do órgão/entidade.

Como boa prática da gestão pode ser destacada a participação da comunidade na elaboração dos documentos de rotinas/procedimentos claramente determinados, que considerem as funções de todos os setores do órgão/entidade; instruções operacionais, como código de ética discente, regimento geral e interno, estatuto.

A Portaria nº 105, de 17/2/2012, emitida pelo Reitor define as competências da autoridade Máxima do Instituto.

O princípio da segregação de função tem sido observado na medida do possível em virtude do limitado quadro de pessoal da unidade. A total separação entre as funções serão atendidas a partir da realização de concurso e capacitação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

de servidores para atuar nas áreas críticas.

Os controles internos contribuem para a consecução dos objetivos, pois as principais metas foram alcançadas pelo Campus.

Avaliação de Risco: Em relação à avaliação de risco, a Unidade ainda não está baseada no gerenciamento de riscos, embora seus objetivos e metas estejam formalizados e sejam acompanhados por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Plano de Ação da Unidade, Termo de acordo de metas do MEC com o IFRO. No que se refere ao controle sobre os bens e valores de responsabilidade da Unidade, apesar de inexistência de normas para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da Unidade, foram publicadas portarias e designadas Comissões inventariantes. A falta de sistema específico para o setor de patrimônio e almoxarifado dificulta o incremento e eficiência nas atividades de controle de recebimento e distribuição de itens de patrimônio e almoxarifado.

Visando sanar os problemas, a Unidade já manifestou a necessidade da aquisição/implementação de programas específico para o Setor de Patrimônio e Almoxarifado.

Não houve ocorrência de fraudes e desvios, mas tal critério deve ser adotado como prática, pois a autoridade administrativa no exercício do poder-dever de apurar as irregularidades no serviço público.

Procedimentos de Controle: As atividades de Controle são insuficientes devido a limitação de pessoal, mas visando resguardar a gestão, tem sido feito prévio, concomitante e subsequente. A Unidade promove reuniões pontuais onde são apresentadas pelos gestores as fragilidades e pontos fortes de cada setor, efetuando/justificando as correções quando necessárias. No decorrer do exercício, as falhas e/ou problemas detectados são informadas ao responsável para adoção das providências.

Informação e Comunicação: O processo de informação é adequado.

Monitoramento: As atividades de monitoramento ocorreram no decorrer do exercício e contribuíram para a consecução dos objetivos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

ANEXO IX – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO IFRO

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	X monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na internet para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, hardware, software e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(2) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de software definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
1 – O Comitê Gestor de TI do IFRO foi constituído através da Portaria nº 642, de 18 de novembro de 2011. 2 – Devido a fase de implantação do IFRO, bem como composição das equipes, apenas no final de 2012 que foram definidas toda a gestão estratégica do IFRO, em que foi contemplada a dimensão estratégica "Tecnologia da Informação". Ainda em 2012, não havia um representante da Auditoria Interna do IFRO e, consequentemente não foi possível realizar o referido plano de auditoria interna. 3 – O primeiro PDTI do IFRO foi publicado em 2011. Em 2012 sua publicação se manteve. Na época não houve participação efetiva das áreas do negócio devido que a situação de pessoal do IFRO era mais delicada do que é atualmente. Não havia ainda um Comitê de TI instituído e o mesmo foi aprovado em Conselho Superior do IFRO. Devido às dificuldades de mensuração de metas do negócio, a mesma questão quanto a TI foi também prejudicada. 4 – Também devido a esta fase inicial do IFRO, todos os sistemas de informação que dão suporte ao negócio encontram-se em implantação. Há o sistema, porém as áreas atendidas foram priorizadas pela Instituição, com isso, nem todas as áreas são devidamente suportadas por um sistema de informação. 5 – Nenhuma ação relativa à segurança da informação pode ser feito. Primeiramente devido às dificuldades de envolver toda a Instituição no tema, visto que a tecnologia é uma ferramenta e também por a instituição estar realizando inúmeras ações que, num ponto de vista crítico, acaba tendo que priorizar quais ações serão devidamente implementadas. 6 – As contratações relacionadas à Tecnologia da Informação sempre possuem objetivo de atender uma demanda da instituição, seja ela formal ou não. Como as contratações predominantes são as relacionadas a bens e não a serviços, em muitos casos quando se contrata serviço é feito de forma "pagamento por produto entregue". A Diretoria de Gestão de TI nunca solicitou contratação de desenvolvimento de sistemas, por isso que foi atribuído escala "1" para os dois últimos itens. 7 – Devido a falta de quantificação do total de serviços da instituição, mas de todos os que podem ser identificados, entende-se que a maioria dos mesmos são fornecidos por e-Gov. Como todos os sistemas de informação que possam suportar as áreas do negócio encontram-se em implantação, consequentemente, nem todos os serviços estão disponibilizados por e-Gov.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

ANEXO X – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
	Os que tratam a IN SLTI/MPOG nº 1/2010 e o Decreto nº 2.783, de 17/9/1998.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
	Redução do consumo promovendo a sustentabilidade ambiental e economia orçamentária/financeira				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				X	
	Papel				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.				X	
10 Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim (X)		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e					X



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação				
Licitações Sustentáveis		1	2	3	4	5
operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.						
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.						X
2	Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Correspondência eletrônica, folder, comunicações oficiais				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.						X
3	Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Palestras, folders e seminários				
Considerações Gerais: No exercício de 2012 o IFRO atentou para os detalhes da gestão ambiental e licitações sustentáveis promovendo ações em que fossem elevados o nível de conscientização dos servidores e buscando aumentar o índice de atendimento às legislações aplicáveis.						
LEGENDA						
Níveis de Avaliação:						
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.						
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.						
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.						
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.						
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

ANEXO XI – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia			100907
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203360	2.1.1.3.	Ofício n.º 17.065
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia			100907
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor que se abstenha de promover a contratação terceirizada de trabalhadores para função já existente no Plano de Cargos e Salários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, visto que tal prática configura a terceirização irregular de serviços.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria			105389
Síntese da Providência Adotada			
A administração se absteve de novas contratações terceirizadas de função já existente no Plano de Cargos e Salários do IFRO			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendimento à Legislação			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O que facilitou a adoção da providencia foi o fato de que ao ser apresentada à recomendação a contratação anteriormente efetuada já tinha o seu prazo concluído.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203360	2.1.4.1.	Ofício n.º 17.065
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia			100907
Descrição da Recomendação			
Implantar procedimentos e mecanismos de controle quanto ao registro dos atos de pessoal no SISAC como meio de efetuar o acompanhamento dos prazos exigidos pelo art. 7º da IN/TCU n.º 55/2007.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria			105389
Síntese da Providência Adotada			
Atualização imediata dos registros dos atos de pessoal no SISAC pela Diretoria de Gestão de Pessoas			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Dados Atualizados			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Provi. pelo Gestor			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Sem comentários			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201203360	2.1.5.2.	Ofício n.º 17.065
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia			100907
Descrição da Recomendação			
O gestor revise os procedimentos de arrecadação e recolhimento dos valores referentes a taxas de inscrição em todos os concursos e vestibulares realizados pelo IFRO até a presente data, certificando-se de que as receitas do Instituto tenham sido depositadas à conta do Tesouro Nacional e, havendo pendências, adote as medidas necessárias para recuperar os respectivos recursos.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria			105389
Síntese da Providência Adotada			
Revisão dos processos de arrecadação e recolhimento referentes a taxa de inscrição em Seletivos e Concursos			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não foi encontrada nenhuma pendência.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Prov. pelo Gestor			
Sem comentários			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201203360	2.1.5.2.	Ofício n.º 17.065
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia			100907
Descrição da Recomendação			
Doravante, o Instituto adote a Guia de Recolhimento da União – GRU no recebimento de todas as suas receitas, inclusive as provenientes de taxas de inscrição em concursos e vestibulares, ressalvando-se apenas as exceções previstas no Decreto n.º 4.950, de 09 de janeiro de 2004. A forma de operacionalização da GRU encontra-se disciplinada pela Instrução Normativa n.º 02, de 22 de maio de 2009, emanada da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria			105389
Síntese da Providência Adotada			
Reunião com equipes responsáveis pela elaboração de editais de seletivos e concursos para não se esquecerem de continuar contemplando os recolhimentos de taxas diretamente na conta única do tesouro via GRU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recolhimentos de taxas diretamente na conta única do tesouro via GRU.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Prov. pelo Gestor			
Sem comentários			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

5	201203360	2.1.5.3.	Ofício n.º 17.065
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia			100907
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que a direção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, doravante, elabore o correspondente projeto básico ou termo de referência sempre que necessite contratar serviços, mesmo que a contratação decorra de inexigibilidade de licitação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria			105389
Síntese da Providência Adotada			
Elaboração de projeto básico ou termo de referência para todos os processos de contratações de serviços.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Cumprimento aos dispositivos legais.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Sem comentários			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

**ANEXO XII – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM
PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia			100907
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203360	2.1.2.1	Ofício n.º 17.065
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia			100907
Descrição da Recomendação			
Recomendamos a elaboração e implantação da carta de serviços ao cidadão em atendimento ao disposto no artigo 11 do Decreto n.º 6.932/2009.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria			105389
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O IFRO nesses anos de implantação vem ao longo dos mesmos trabalhando com a criação e elaboração de seus documentos norteadores e implantando os setores estratégicos e nesse interim já elaborou e publicou seu estatuto, Regimento Geral entre outros, estando em fase de finalização dos regimentos internos de suas unidades. Apesar da importância da Carta ao Cidadão, a nossa Instituição tem atendido quanto aos serviços oferecidos com datas e discriminação dos serviços nas diversas formas de divulgação através do site, cartazes, folders, editais publicados, entrevistas, rádios, TV e jornais.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Os fatores que prejudicaram a adoção da providência deve-se ao fato de que a instituição tem crescido numa velocidade além da demanda de servidores do quadro, necessitando para isso de várias regulamentações que não poderiam deixar de serem realizadas, ficando esta ação para ser efetivada no exercício de 2013.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203360	2.1.3.1	Ofício n.º 17.065
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia			100907
Descrição da Recomendação			
Agilizar, no lhe couber, trâmites dos documentos de doação junto a doadores e cartórios, de forma a garantir, legalmente, a propriedade dos imóveis que o IFRO está utilizando e/ou construindo. Assim, confere-se maior estabilidade jurídica ao patrimônio da União à disposição do Instituto. Ainda, em caso de dúvidas quanto aos procedimentos a serem adotados, sugerimos contatar a Superintendência de Patrimônio da União – RO para orientação especializada, inclusive no concerne à atualização do imóvel já registrado no Sistema SPIUnet.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria			105389
Justificativa para o seu não Cumprimento			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

A Instituição cumpriu parcialmente a recomendação no que se refere a escrituração dos imóveis tendo concluído com sucesso as escrituras dos imóveis dos *Campi* Cacoal, Ji-Paraná e Guajará Mirim. Quanto a atualização de valores e lançamento no SPIUnet, foi contatada a Superintendência do Patrimônio da União que já deu início ainda em 2012 com as avaliações de todos os imóveis pertencentes ao IFRO e nos informou que o prazo para finalização será no exercício de 2013.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Os fatores que prejudicaram a adoção da providência deve-se ao fato de que o Patrimônio da União dispõe de uma equipe de trabalho reduzida necessitando assim de um prazo mais elástico para atender a nossa demanda.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201203360	2.1.5.2	Ofício n.º 17.065

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	100907

Descrição da Recomendação

Os dirigentes debatam com sua Procuradoria Jurídica a possibilidade de notificar a Contratada – primeiro extrajudicialmente e depois judicialmente, se necessário - para recolher o montante referente à atualização monetária pelo prazo em que ela ficou de posse dos recursos do IFRO, tendo em vista a vedação legal de enriquecimento ilícito e a indisponibilidade do interesse público – nesse caso o produto da arrecadação de taxas de inscrição em Concursos Públicos..

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Reitoria	105389

Justificativa para o seu não Cumprimento

A Instituição cumpriu parcialmente a recomendação realizando discussão com a Procuradoria Jurídica, chegando a conclusão da notificação extrajudicialmente, onde foi convocado o representante da empresa para reunião em Porto Velho, tendo em vista que a sede da empresa é no estado do Paraná, na qual foram repassadas as orientações sobre toda situação referente ao caso. A administração esta providenciando atualização dos valores para finalização do procedimento de notificação.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Como fator positivo ressaltamos que houve pré-disposição da empresa em participar da reunião visando à busca de solução de forma extrajudicial, levando-se em consideração que não houve intenção de dolo durante a realização de todo processo.